

**GEISYELLE PIRES REALE**

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS E PROTEÇÃO SOCIAL: dilemas da  
conservação ambiental às margens do Rio do Paraguaçu**

**CACHOEIRA-BA**

**2012**

**GEISYELLE PIRES REALE**

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS E PROTEÇÃO SOCIAL: dilemas da  
conservação ambiental às margens do Rio do Paraguaçu**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Msc. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães.

CACHOEIRA-BA  
2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

R288	<p>Reale, Geisyelle Pires. Populações tradicionais e proteção social: dilemas da conservação ambiental às margens do Rio Paraguaçu / Geisyelle Pires Reale._ Cachoeira, BA, 2012. 95f.; il.</p> <p>Orientadora: Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães.</p> <p>Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras.</p> <p>1.Meio ambiente – Conservação. 2.População ribeirinha – Rio Paraguaçu – Bahia. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. Todos os direitos reservados. II. Título.</p> <p>CDD: 304.2</p>
------	--

**GEISYELLE PIRES REALE**

**Populações Tradicionais e Proteção Social: dilemas da conservação ambiental às margens do Rio Paraguaçu**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

---

Prof. Msc. Fabrício Fontes de Andrade (Examinador Interno)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

---

Assistente Social Renata da Silva Santana Barros (Examinadora Externa)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Governador Mangabeira

Aos

Meus pais Gerson Reale e Maria Conceição Reale

À Margarida Suzart, *in memoriam*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus - Jesus Cristo - por ter me guiado sempre, por ser minha bússola. Por estar sempre presente em minha vida cuidando de mim. Obrigada pelos anjos terrestres que me ofereceram carinho e segurança.

Agradeço de forma infinita aos meus genitores, em especial à minha mãe - Maria Conceição Pires Reale - que mesmo sem saber ao me relatar seu sonho de um dia poder concluir os seus estudos, me estimulava a estudar e a seguir em frente apesar das adversidades. Ao meu pai - Gerson dos Santos Reale - que mesmo com seu jeito rústico de poucas palavras me ensinava, através de suas mãos sofridas, a importância dos estudos, da dignidade e da honestidade. Obrigada pelo esforço despendido, pelo orgulho estampado num singelo sorriso ao ver seus filhos trilharem caminhos diferentes, rompendo barreiras.

Às as minhas irmãs Gesilda Pires Reale e Geizeane Pires Reale e ao meu irmão Gerson dos Santos Reale Júnior pelo cuidado, amor, atenção e apoio dedicados.

Ao meu cunhado Edilson França.

Ao meu “pingo” de gente que ainda não entende nada dessa nossa vida corrida e maluca. Obrigada minha linda sobrinha Lys Stefanny por ter feito meus dias mais alegres.

A todos (as) os meus tios (as) que de alguma forma direta ou indireta me apoiaram. Agradeço de forma muito especial ao meu tio Moisés Vicente Pires, pela dedicação, atenção, cuidado e amor de pai, que sempre dedicou a mim e a minha família. Ao meu tio Reinaldo Vicente Pires que mesmo distante se fez presente constantemente na minha caminhada. Obrigada por ser fonte da minha inspiração.

Às minhas amigas Elaine Bruna, Patrícia Andrade, Sara Regina Oliveira e Jackeline Calhau e ao grande amigo Carlos Alberto, que sempre foram mais que simples amigas (o) e sim verdadeiras (o) IRMÃS (o).

À Néia Souza, Neila Andrade e Priscila Vasconcelos por me apresentarem a cidade de Cachoeira. Por me auxiliar na descoberta do meu novo mundo - a universidade.

Um agradecimento mais que especial e carinhoso ao meu namorado, companheiro e amigo Eduardo Leite. Obrigada por nunca desistir de mim e do nosso amor. Por me apresentar ao AMOR! Obrigada pela infinita paciência, pelos inesgotáveis gestos de amor e carinho. Por me entender e me motivar a sempre seguir em frente. Te amo muito!

Aos meus mestres, eternos professores Lucimara Benatti pelo seu carinho, Georgina Gonçalves pela sua simplicidade/humildade, Simone Brandão pela garra, Fabrício Fontes pela

solicitude e generosidade, Rosemeire Guimarães minha orientadora por ser meu guia e pela qual nutro particular admiração. Obrigada professora Rosemeire por me apresentar o instigante mundo da pesquisa. Enfim, agradeço a todos os meus professores.

Ao professor Fabrício pelas contribuições da pré-banca e pela disponibilidade em apreciar meu texto de trabalho de conclusão de curso, ora apresentado.

À Renata Barros, assistente social, pelos ensinamentos na vivência dos estágios supervisionados I, II e III e pela disponibilidade em avaliar este trabalho de conclusão de curso.

Às professoras Ilzamar e Silvia representantes do colegiado de Serviço Social por terem se desdobrado para que tudo desse sempre certo. Obrigada pela atenção e dedicação.

Às (aos) meus/minhas colegas de turma Cristiane Oliveira, Vitória Bastos, Rafaela Gonçalves, Tainara Souza, Sara Regina, Vinícius Simas, Dinha, Carol Farias, Carine Oliveira, Antonio Paulo (Paulinho), Laís Faria, Sandra Araponga e de forma muito especial a Valdirene Conceição e Mary Lee Paixão por serem verdadeiro exemplos de garra e superação/perseverança. Parabéns Mary e Val por superarem a jornada tripla de suas vidas família, trabalho, e faculdade. Enfim, agradeço a vocês minhas/meus queridas (os) colega que sempre me deram força e fizeram estes quatro anos e três meses mais felizes.

Aos solícitos Carlos Fernando Lima e Cássio Santos pelo apoio neste momento tão importante e por estarem sempre dispostos a me auxiliar no desenvolvimento da minha pesquisa de campo.

Por fim, agradeço ao Sr. Antônio dos Santos, popular Popó, pescador e líder comunitário da comunidade Pilar, por ter me recebido de braços abertos, por estar sempre disposto a ajudar o próximo.

## RESUMO

Esta pesquisa busca discutir o modo de vida das populações tradicionais e a interferência da proteção social no relacionamento dessas populações com a natureza. O modo de vida das comunidades tradicionais é caracterizado pela realização de atividades de subsistência e pela dependência e conhecimento aprofundado dos ciclos da natureza. Contudo, os impactos ambientais provocados pelas sociedades ligadas ao modo de produção capitalista estão alterando os ecossistemas onde estas populações vivem. A depredação ambiental está transformando a fonte de subsistência desses povos, levando em alguns casos à sua escassez. Com fonte de subsistência insuficiente, os povos tradicionais estão tendo dificuldade para sobreviverem sem provocar ações que possam por em risco a natureza. Num contexto de constantes alterações climáticas e significativos impactos das ações do homem sobre o estilo de vida tradicional, faz-se necessário um olhar mais aprofundado sobre o acesso e a cobertura social deste segmento social que desponta na contemporaneidade como importante “estratégia” de conservação da cobertura natural do planeta. Mais do que nunca a proteção social deve estar voltada para os povos e comunidades tradicionais objetivando auxiliar a existência e permanência da cultura tradicional. Este trabalho tem como principal objetivo investigar o acesso da população ribeirinha, que vive às margens do Rio Paraguaçu no município de São Félix, às políticas sociais. O local escolhido para a realização da pesquisa de campo é denominado de Pilar. Trata-se de uma comunidade rural do município de São Félix com 1.145 habitantes e composta por 92 pescadores e marisqueiras, dos quais compõem a amostra. De natureza qualitativa e quantitativa, este estudo se caracteriza como um estudo de caso. Os procedimentos metodológicos adotados formam a pesquisa bibliografia, a pesquisa de campo, com os instrumentos da entrevista semiestruturada e as observações livre e presenciais. Após a realização das entrevistas e das observações, verificou-se que a comunidade estudada tem acesso a determinadas políticas sociais, contudo, estas não têm se mostrado suficientes para garantir a sobrevivência digna desta população.

Palavras-chave: Populações tradicionais; proteção social; conservação ambiental.



## ABSTRACT

This research intends to discuss the living of traditional population and the interference of social protection in the relationship of these population with the nature. The living of traditional communities is featured by the realization of subsistence activities and the dependence and deep knowledge about the nature cycles. However, the environmental impacts caused by the societies that are linked with the capitalist way of production are changing the ecosystems where these populations are living. The environmental depredation is transforming the subsistence source of these peoples, taking, in some cases, to the shortage. With insufficient subsistence source, the traditional peoples are passing difficulties to survive without endanger nature. In a context of constant climate changing and significant impacts of men's action in traditional lifestyle, it is necessary a deeper look about the access and the social coverage of this social segment that emerges in contemporaneity as an important strategy of conservation of planet's natural coverage. More than never the social protection should be focused on the traditional peoples and communities aiming to assist the existence and the permanence of traditional culture. This work has as a primary objective to investigate the access of riverine population, that lives on the margins of Paraguaçu River in São Félix county, to the social policies. The place chosen for the realization of the field research is named Pilar. It is a rural community of São Félix county with 1.145 inhabitants and composed by 92 fishermen, that represents the sample. From a qualitative and quantitative way, this study characterizes itself as a case study. The methodological procedures adopted form the literature, field research, with the instruments of the semistructured interview and the free and presencial observations. After the realization of interviews and observations, it was verified that the studied community has access to some of the social policies, however, these social policies aren't enough to ensure the deserved survival of this population.

Key words: Traditional Population; Social Protection; Environmental Preservation.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura: 3.1: Casa de um ribeirinho.....	48
Figura 3.2: Rio Paraguaçu.....	52
Figura 3.3: Lago da Barragem e Usina Pedra do Cavalo.....	53
Figura 3.4: Assoreamento do Rio Paraguaçu após o seu represamento.....	57
Figura 3.5: Retirada de areia do Rio Paraguaçu.....	58
Figura 3.6: Boia sinalizando a localização de uma máquina draga no Rio Paraguaçu.....	59
Figura 3.7: Afluente do Rio Paraguaçu – Rio Lavandeira.....	65

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: Caracterização dos entrevistados com relação ao gênero.....	44
Gráfico 3.2: Caracterização dos entrevistados com relação à idade.....	45
Gráfico 3.3: Caracterização dos entrevistados com relação à cor/raça.....	46
Gráfico 3.4: Caracterização dos entrevistados com relação à renda familiar.....	47
Gráfico 3.5: Caracterização dos entrevistados com relação à religião.....	49
Gráfico 3.6: Caracterização dos entrevistados com relação ao estado civil.....	49
Gráfico 3.7: Caracterização dos entrevistados com relação à escolaridade.....	50
Gráfico 3.8: Interferência da Barragem e Usina Pedra do Cavalo na pesca.....	53
Gráfico 3.9: A pesca e a sobrevivência.....	55
Gráfico 3.10: Água encanada na residência.....	62
Gráfico 3.11: Destino dos esgotos do banheiro.....	66
Gráfico 3.12: Acesso a assistência social.....	67
Gráfico 3.13: Tipo de benefício da assistência social que acessa.....	67
Gráfico 3.14: Acesso ao seguro defeso.....	69
Gráfico 3.15: Aposentadoria e pensão.....	70
Gráfico 3.16: Acesso aos benefícios previdenciários.....	71
Gráfico 3.17: Tradição na família.....	73
Gráfico 3.18: Transmissão da tradição.....	74

**LISTA DE TABELAS**

Tabela: 3.1: Principais doenças relacionadas à ingestão de água contaminada e seus agentes causadores.....	64
--	----

## LISTA DE SIGLAS

- CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões
- CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNS - Conselho Nacional de Saúde
- EUA - Estados Unidos da América
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- IAPs - Instituto de Aposentadorias e Pensões
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
- NOB 93 - Norma Operacional Básica
- PPA - Plano de Pronta Ação
- PSF - Programa de Saúde da Família
- PEC - Proposta da Emenda Constitucional
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social
- RGPS - Regime Geral da Previdência Social
- RPPS - Regime Próprio da Previdência Social
- RGP - Registro Geral de Pesca
- SUS - Sistema Único de Saúde
- SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
- SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2 MEIO AMBIENTE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>08</b>
<b>2.1 Em Torno da Questão Ambiental.....</b>	<b>08</b>
<b>2.2 O Modo de Vida das Populações Tradicionais.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 A Correlação entre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Política Social.....</b>	<b>16</b>
<b>3 PERCURSO ACERCA DA ORIGEM E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS...24</b>	
<b>3.1 Gênese e Desenvolvimento da Proteção Social.....</b>	<b>24</b>
3.1.1 Previdência Social.....	28
3.1.2 Assistência Social.....	30
3.1.3 Saúde.....	32
<b>3.2 A Proteção Social como Mecanismo de Conservação Ambiental.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3 Sobre o Acesso às Políticas Sociais.....</b>	<b>38</b>
<b>4 A POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA COMUNIDADE DO PILAR E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1 A Comunidade do Pilar.....</b>	<b>42</b>

4.1.1 O perfil socioeconômico da Comunidade do Pilar.....	44
<b>4.2 A Sobrevivência na Comunidade do Pilar, a Representação do Rio Paraguaçu e o Impacto da Barragem e Usina Pedra do Cavalo no Modo de Vida Tradicional dos Ribeirinhos.....</b>	<b>51</b>
4.2.1 A interferência das políticas sociais na sustentabilidade da comunidade do Pilar.....	60
<b>4.3. Os Traços Culturais da Comunidade Ribeirinha do Pilar e a Sustentabilidade Promovida para a Conservação Ambiental.....</b>	<b>71</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>90</b>
Apêndice A - Roteiro de Entrevista.....	91
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	94

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar da preocupação ambiental remontar a história da humanidade, ela não fez sempre parte do discurso oficial. Neste sentido, as primeiras ações com vistas à conservação da natureza surgiram nos Estados Unidos no século XIX. Os EUA foi o primeiro país a criar áreas protegidas (*yellowtone*) com o objetivo de proporcionar a contemplação e a recreação à população das cidades estressadas com o rápido desenvolvimento industrial. Tem origem neste país também as primeiras discussões teóricas acerca da preservação e da conservação ambiental (DIEGUES, 2004). Desse modo, a problemática ambiental passa a ocupar lugar de destaque no cenário mundial, principalmente a partir da década de setenta, quando o mundo passou a perceber que a poluição não reconhece limites políticos e fronteiras geográficas (MOUSINHO, 2005).

A discussão sobre o modo de vida tradicional ganhou destaque a partir das ideias conservacionistas. Os defensores desta corrente teórica acreditam ser possível o desenvolvimento de atividades de baixo impacto ambiental, ou seja, aquelas que não trazem grandes danos à natureza. Neste sentido, a cultura tradicional se destaca por possuir um modo específico de se relacionar com a natureza, que lhe confere traços de sustentabilidade. Diegues (2004) ressalta que de uma maneira muito sábia as comunidades tradicionais conseguem utilizar e, ao mesmo tempo, conservar os recursos naturais da região em que estão inseridos.

Contudo, a grande depredação ambiental, ocasionada pelas sociedades vinculadas ao modo de produção capitalista, está alterando os ecossistemas onde os povos tradicionais vivem. Estas populações são afetadas diretamente pelos impactos ambientais, haja vista que estão em verdadeiro regime de simbiose com a natureza. Sua fonte de subsistência está sendo diminuída e, em alguns casos, chegando a escassez. Neste sentido, sem condições materiais objetivas que assegurem a sua sobrevivência, estes povos serão levados a realizar ações que podem prejudicar o meio ambiente.

Tem importância central nesta discussão sobre populações tradicionais e conservação ambiental o sistema de proteção social brasileiro. Segundo Di Giovanni (1998) a proteção social pode ser entendida como as formas que as sociedades organizam para proteger parte ou o conjunto dos seus membros. Dessa forma, a proteção social surge para assegurar condições básicas de sobrevivência aos indivíduos, oferecendo-lhes acesso a programas e serviços que lhes forneçam condições mínimas para viver em sociedade. Cabe ressaltar que, para fins deste



estudo, delimitou-se a proteção social brasileira a partir das políticas que compõem a Seguridade Social, a saber, previdência, assistência e saúde.

Em se tratando das populações tradicionais afetadas pelas transformações negativas dos ecossistemas, é mais que necessário e urgente o acesso desses povos às políticas sociais, visto que as mesmas estão tendo dificuldade de sobreviverem apenas com os recursos da natureza. Logo, para que tais populações continuem a conservar o meio ambiente através do manejo sustentável dos recursos naturais, faz-se necessário um amplo e articulado conjunto de programas e serviços que ofereçam infraestrutura básica as comunidades tradicionais. Cabe ainda destacar que, sem o acesso às políticas sociais, a conservação ambiental promovida por estas comunidades tenderá a ser inversa, já que as mesmas não possuem condições materiais para sobreviverem.

A partir do exposto surge o problema da pesquisa: Pode-se dizer que a efetivação das políticas sociais interfere na sustentabilidade local?

Seguindo este problema são apresentadas as questões norteadoras do estudo: Até que ponto a população ribeirinha que vive às margens do Rio Paraguaçu tem acesso às políticas sociais? É possível afirmar que esta população usufrui de infraestrutura básica (serviços e programas) que lhes assegure a conservação ambiental do território em que habitam?

Orientada pelo problema e pelas questões norteadoras tem-se o objetivo geral deste estudo: Investigar o acesso da população ribeirinha que vive às margens do Rio Paraguaçu no município de São Félix às políticas sociais.

Objetiva-se ainda: Analisar o perfil sócio-econômico da população ribeirinha; identificar os serviços e programas nos quais a população se encontra inserida e discutir como a efetivação das políticas sociais interfere na sustentabilidade local, espaço de vida da população pesquisada.

Cabe ressaltar que o interesse pela temática surgiu pela origem rural da autora e por esta estar residindo, atualmente, numa região em que emerge a questão ambiental, tão marcante historicamente, tão complexa e permeada de questionamentos que só têm acirrado, ao longo dos tempos, a difícil relação entre sociedade-natureza.

Este estudo pretende contribuir com as pesquisas já existentes sobre a cultura tradicional e seu relacionamento singular com a natureza, contudo, com um enfoque direcionado para a interferência das políticas sociais no modo de vida tradicional. Almeja-se também corroborar com a discussão sobre as políticas sociais existentes, objetivando promover debates acerca do alcance das políticas sociais aos povos de culturas tradicionais.

Isto, sem perder de vista a importância e a pertinência em suscitar novas discussões voltadas à temática ambiental.

A pesquisa em foco é orientada pelo método monográfico que “[...] parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes [...]” (GIL, 1999, p.35).

No que tange à natureza da pesquisa, esta se caracteriza por ser tributária da pesquisa *qualitativa* e da pesquisa *quantitativa*. Segundo Terence & Escrivão Filho (2006) a pesquisa quantitativa se caracteriza pela coleta de dados através de uma população específica, ou seja, uma amostra. Este tipo de pesquisa examina a realidade com objetividade, utilizando técnicas estatísticas que possam mensurar opiniões, informações, hábitos, reações e atitudes. A pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las [...]” (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20).

Já a pesquisa qualitativa, busca compreender a fundo as manifestações ocultas de determinado fenômeno, através de suas crenças, valores, motivações e sentimentos, dentro de um contexto de significados (GOLDENBERG, 2009). “Os dados qualitativos consistem em descrições, detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (idem, p. 53). A pesquisa qualitativa dá vida às percepções e aos sentimentos dos entrevistados sobre o fato investigado, além de possibilitar o estudo de fenômenos que não podem ser qualificados. Ela ainda se caracteriza pela profundidade na investigação, indo para além da aparência. (idem).

Para esta mesma autora o trabalho conjunto entre pesquisa quantitativa e qualitativa tende a enriquecer o estudo, visto que, os limites de um método poderão ser complementados pelo outro. “É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e intangível da complexidade de um problema” (idem, p. 62). Assim, pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa se complementam para a investigação da realidade dinâmica.

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso porque buscou a compreensão de um determinado fenômeno num contexto particular. Segundo (GIL, 2007), o estudo de caso se caracteriza pelo estudo amplo e profundo do fenômeno de forma que permite seu amplo e detalhado conhecimento. Nesta mesma direção, Yin (2005, p. 32) compreende o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

De acordo com seus objetivos, a pesquisa em foco é de natureza *descritiva e explicativa*. Segundo Gil (2007) a pesquisa descritiva tem como principal finalidade “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (p.44). Logo, busca-se descrever os fenômenos analisando suas correlações numa conjuntura espacial e temporal. No que concerne à pesquisa explicativa, esta objetiva se aproximar ao máximo da realidade, buscando explicar a razão, ou seja, o porquê da ocorrência do fenômeno. Gil (2007) ainda ressalta que uma pesquisa explicativa é a continuação de uma pesquisa descritiva, já que, para explicar determinado fenômeno, este deve estar suficientemente descrito e detalhado.

No que tange à operacionalização deste estudo, o mesmo foi norteado pela *pesquisa bibliográfica* e pela *pesquisa de campo*. A *pesquisa bibliográfica* é “o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa; sua finalidade é conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar” (GONÇALVES, 2005, p. 58), ou seja, busca-se revisar a bibliografia existente sobre determinada temática.

Já a *pesquisa de campo* tem por objetivo coletar informações sobre o problema para o qual se busca uma resposta (MARCONI & LAKATOS, 2007). A pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (MARCONI e LAKATOS, 2007, p. 83).

Como técnica de coleta de dados foi utilizada a *entrevista semidirigida ou semiestruturada*, por entender que este tipo de entrevista valoriza a presença do investigador, ao mesmo tempo em que permite ao entrevistado expressar livremente seus pensamentos com espontaneidade (TRIVIÑOS, 2008). Savoie- Zajc (2003) destaca que a entrevista semidirigida é utilizada frequentemente nas pesquisas que buscam compreender o sentido de um fenômeno tal como é percebido pelo informante.

A entrevista semidirigida consiste numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador. Este deixar-se-á guiar pelo fluxo da entrevista com o objectivo de abordar, de um modo que se assemelha a uma conversa, os termos gerais sobre os quais deseja ouvir o respondente, permitindo assim extrair uma compreensão rica do fenômeno em estudo ( SAVOIE-ZAJC, 2003, p.282).

Logo, a entrevista semidirigida permite ao pesquisador direcionar a investigação para o que julga mais adequado. A observação simples e livre também se fizeram presentes como técnicas de coleta de dados. “Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador,

permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem [...]” (GIL, 1999, p. 111). A observação simples possibilita ao pesquisador a observação direta da realidade sem a necessidade de intermédio. Sobre a observação livre, diz respeito a um método amplamente usado nas pesquisas qualitativas. Seu procedimento delimita o tempo necessário de observação no campo e faz o registro das informações observadas, com finalidade de descrever ou refletir sobre os fatos observados. Comumente, este método descreve o que ocorre no espaço da investigação, o seu meio físico, os atores sociais envolvidos, seus diálogos e, posteriormente, submete esta recolha de dados à análise.

Utilizou-se ainda a história oral para coletar informações sobre a história da Comunidade do Pilar, uma vez que não existem fontes escritas que relatem tal história. A história oral “[...] é uma técnica de pesquisa que emprega a entrevista e as observações participantes e não participantes, para registrar fatos e/ou acontecimentos visando a uma ampla compreensão do processo de investigação” (MARCONI & LAKATOS, 2007, p. 140). Ainda segundo estes autores a história oral preenche lacunas existentes nas fontes escritas e possibilita o registro dos fatos fixados na memória das pessoas, reinterpretando o passado e/ou revelando acontecimentos desconhecidos.

Em virtude do tamanho da população a ser estudada, optou-se por trabalhar com uma parte dos atores sociais que compõem o universo do estudo, ou seja, foi trabalhado com uma amostra. Neste sentido Gil (1999, p. 100) compreende a amostra como sendo um “[...] subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelece ou se estima as características desse universo ou população [...]”. A comunidade do Pilar possui 92 pescadores, porém foi construída uma amostra com 18 ribeirinhos. Destes 09 são pescadores e 09 são marisqueiras.

Dentre os vários tipos de amostras, foi escolhido e utilizado a amostra não-probabilística intencional. Este tipo de amostra permite ao pesquisador selecionar os respondentes a partir do que eles têm a informar sobre o fenômeno estudado, ou seja, foram entrevistadas aquelas pessoas que tinham mais informações a dar. Cabe destacar que pela ausência de probabilidade “[...] não há garantias de representatividade do universo que se pretende analisar” (GONÇALVES, 2005, p. 120).

Após a coleta dos dados, realizou-se a análise e interpretação dos dados. De acordo com Gil (1999) estes dois processos, apesar de serem distintos, eles aparecem sempre relacionados. A análise tem a finalidade de organizar e resumir os dados de forma que

ofereça respostas ao fenômeno estudado. Já a interpretação procura atribuir sentido mais amplo às respostas obtidas, para isso utiliza-se os conhecimentos já existente (idem).

Para tanto, na análise e interpretação dos dados desta pesquisa seguiu-se alguns dos passos determinados por Gil (1999). Foram eles: estabelecimento de categorias, tabulação, análise estatística dos dados e interpretação dos dados.

Foram analisados e interpretados dados de 18 entrevistados, contudo algumas questões referem-se à família, neste caso, a soma da amostra para estas questões totalizam 14 famílias haja vista que foram entrevistados casais. A planilha para tabulação dos dados foi a planilha eletrônica do Excel 2007<sup>1</sup>.

O primeiro capítulo contextualiza historicamente o surgimento da preocupação ambiental no mundo, apresentando a gênese dos pensamentos preservacionista e conservacionista. Destaca a criação das primeiras áreas de reservas naturais criadas no mundo, seguindo o modelo norte-americano *Yellowstone*, fundamentado nas discussões preservacionistas. Em seguida, expõe brevemente os fatores que levaram a sociedade contemporânea se voltar para a problemática ambiental incluído-a no discurso oficial. Logo após, apresenta o modo de vida tradicional, conceituando-o e expondo a importância dessa cultura para a conservação da natureza. Por fim, discute a necessidade de se repensar a proteção social dessas populações, em decorrência da degradação ambiental estar ameaçando o modo de vida tradicional.

Em seguida, o segundo capítulo faz um breve resgate histórico em torno da gênese da proteção social, relacionando a sua institucionalização à expansão do modo de produção capitalista e a organização da classe trabalhadora. Posteriormente é apresentado o sistema de proteção social brasileiro que é ampliado e inscrito sob o âmbito do direito, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. São apresentadas as políticas da Seguridade Social (previdência, assistência e saúde) realizando uma breve contextualização histórica do surgimento de cada uma delas, assim como da atual conjuntura de embate com a política neoliberal. Logo após, é traçada a relação existente entre proteção social e o modo de vida tradicional, debatendo a necessidade de cobertura social para este segmento populacional, que vem sofrendo com os impactos da intensa degradação dos ecossistemas naturais. O capítulo é finalizado com a discussão do acesso da população às políticas.

---

<sup>1</sup> O Excel 2007 é um programa criado e gerenciador de planilhas eletrônicas, que pertence ao software do pacote Office da empresa Microsoft versão 2007.

O terceiro capítulo apresenta os dados e a análise da pesquisa de campo realizada na comunidade ribeirinha do Pilar em São Félix. Inicialmente é exposta a origem deste local, relacionando seu surgimento à literatura, que versa sobre a origem das populações tradicionais no Brasil e aos dados coletados em campo. Logo após, é traçado e analisado o perfil sócio-econômico do referido povoado. Posteriormente, é interpretada a representação do Rio Paraguaçu para os pescadores e marisqueiras do Pilar para, em seguida, discutir a interferência das políticas sociais no modo de vida tradicional. São destacados ainda os impactos ambientais sofridos por esta comunidade após a implantação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo e a poluição do rio desencadeada pelo lançamento de esgotos domésticos das cidades de Cachoeira e São Félix. O capítulo é finalizado expondo os traços tradicionais dos ribeirinhos do Pilar, destacando suas ações com características sustentáveis.

E por fim, é exposto as considerações finais revelando que apesar da comunidade de ribeirinhos do Pilar possuir acesso às políticas sociais (previdência, assistência e saúde) este acesso não está assegurando condições dignas de sobrevivência para esta população, haja vistas que a renda, a baixa escolaridade, as moradias insalubres, a falta de esgotamento sanitário e a escassez de água são elementos constates e de longa data neste povoado. Cabe destacar que diante deste contexto de acesso precarizado às políticas, associado ao impacto da Barragem e Usina Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu e conseqüentemente na fonte de subsistência dessas pessoas, os pescadores e marisqueiras do referido povoado estão sendo obrigados pela sobrevivência a realizar ações danosas ao meio ambiente, como a retirada de areia do já citado rio, para complementar a renda familiar. A partir desse cenário de degradação ambiental e impacto aos povos e comunidades tradicionais faz-se necessário a ampliação das discussões a cerca do modo de vida tradicional, assim como de seu benefício para a conservação ambiental. Torna-se imprescindível também o debate constante entre o modo de vida tradicional e a importância da proteção social efetiva e eficaz para a conservação ambiental. Além disso, os órgãos ambientais devem ter ações mais enérgicas e comprometidas no licenciamento, na fiscalização e na atribuição de responsabilidade sobre os danos causados.

## 2 MEIO AMBIENTE E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Este capítulo contextualiza historicamente o surgimento da preocupação ambiental no mundo, apresentando a gênese do pensamento preservacionista e conservacionista. Destaca a criação das primeiras áreas de reservas naturais criadas no mundo, seguindo o modelo norte americano *Yellowstone*, fundamentado nas discussões preservacionistas. Em seguida expõe brevemente os fatores que levaram a sociedade contemporânea se voltar para a problemática ambiental incluído-a no discurso oficial. Logo após, apresenta o modo de vida tradicional, conceituando-o e expondo a importância dessa cultura para a conservação da natureza. Por fim, discute a necessidade de se repensar a proteção social dessas populações em decorrência da degradação ambiental está ameaçando em modo de vida tradicional.

### 2.1 Em Torno da Questão Ambiental

A degradação e a preocupação ambiental remontam a história como demonstra McCormick apud Ribeiro (2005). Segundo este autor os problemas ambientais já eram perceptíveis há cerca de 3.700 anos atrás, quando os sumérios abandonaram as suas terras irrigáveis<sup>2</sup> por se tornarem salinizadas e alagadiças. Platão também já lamentava há quase 2.400 anos atrás a erosão e o desmatamento provocados pelo exagero de pastagens e corte de árvores para lenhas. Contudo, há que se destacar que a depredação do meio ambiente atinge proporções nunca antes vista com a implantação e difusão do modo capitalista de produção, este acompanhado da industrialização, da tecnologia e do consumo exagerado.

Os Estados Unidos (EUA) foi o primeiro país a criar um parque nacional – o *Parque de Yellowstone* – em meados do século XIX com o intuito de preservar pequenas porções da natureza selvagem, entretanto, a valorização do mundo natural já era destaque na Europa desde o século XVIII. Diegues (2004) afirma que a Revolução Industrial com seus altos índices de poluição e elevado crescimento populacional associado à valorização do mundo natural e selvagem por parte dos românticos, conduziram a construção de um pensamento de conservação do mundo natural. Os românticos afirmavam que a “natureza selvagem” era o lugar de descoberta da alma humana, do refúgio, da beleza e do sublime. Assim, este pensamento contribuiu de forma determinante para a origem de “[...] uma atitude de

---

<sup>2</sup> Segundo Ribeiro (2005) as terras irrigadas dos sumérios produziram o primeiro excedente agrícola do mundo.

contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual” (DIEGUES, 2004, p. 24).

A partir desta discussão surge nos EUA à noção de *wilderness* (vida natural/selvagem) como proposta de criação de áreas/reservas naturais para a contemplação e recreação da população da cidade, estressada com o rápido crescimento urbano e industrial. Assim, surgiram os primeiros parques nacionais com o objetivo de proteger a vida selvagem (*wilderness*) da ameaça do desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2004). Cabe destacar, que o pensamento norte americano de “conservação” ambiental era dúbio, fundamentado, mais na preservação<sup>3</sup> do que para conservação, pois, pensavam que, com a criação dos parques nacionais, os recursos naturais estariam protegidos.

Segundo Diegues (2004) a ideia de parques nacionais selvagens e desabitados, tem seu fundamento nos mitos do paraíso terrestre. No imaginário cristão o paraíso do qual o homem foi expulso, após o pecado original, poderia estar em qualquer ilha ou terra desabitada, com grande beleza. “[...] Esse mito do paraíso perdido e de sua reconstrução parece estar na base da ideologia dos primeiros preservacionistas americanos [...]” (idem, p. 27). Isto justificaria o discurso norte americano, de que a natureza era para ser contemplada, sem nenhuma interferência humana nas áreas legalmente protegidas.

Cabe ressaltar que este pensamento limitado dos norte americanos não protegia a natureza. Para eles a solução da “questão ambiental” estava na criação de parques nacionais, que preservassem a natureza selvagem, como verdadeiros bolsões catalisadores da poluição e depreciação ambiental provocada pelo modelo econômico dominante cada vez mais crescente.

Diegues (2004) ainda destaca que as principais correntes teóricas defensoras do mundo natural surgiram nos EUA, durante o século XIX. De um lado estava Gifford Pinchot defensor da corrente teórica do conservacionismo e do outro John Muir principal teórico preservacionista. Pinchot defendia o uso responsável dos recursos naturais, apregoando os direitos das futuras gerações (DIEGUES, 2004). Os conservacionistas acreditam ser possível o manejo de atividades de baixo impacto ambiental, ou seja, que não põe em risco o ambiente

---

<sup>3</sup> Cabe aqui para melhor compreensão distinguir preservação e conservação ambiental, termos com conceitos e ideologias distintas. Segundo Mousinho (2005) a preservação “é uma estratégia de proteção dos recursos naturais que prega a manutenção das condições de um determinado ecossistema, espécie ou área, sem qualquer ação ou interferência que altere o *status quo*. Prevê que os recursos sejam mantidos intocados, não permitindo ações de manejo” (p.360). Já conservação ambiental, segundo esta mesma autora, é “um relacionamento ético entre pessoas, terras e recursos naturais, ou seja, uma utilização coerente destes recursos de modo a não destruir sua capacidade de servir às gerações seguintes, garantindo sua renovação. A conservação prevê a exploração racional e o manejo contínuo de recursos naturais, com base na sua sustentabilidade” (MOUSINHO, p.346).



natural (RIBEIRO, 2005). Cabe destacar que as discussões de Pinchot foram às precursoras do desenvolvimento sustentável<sup>4</sup>. Suas ideias conservacionistas foram tão importantes que estiveram presentes no debate do ecodesenvolvimento da década de setenta e durante a realização da Conferência de Estocolmo sobre o Desenvolvimento Humano em 1972 (DIEGUES, 2004).

Já os preservacionistas divergem dos conservacionistas por defenderem a apreciação estética e espiritual da natureza intocada (idem). Para os preservacionistas estes espaços são para refazer as energias espirituais e materiais e pesquisar a própria natureza (ARRUDA, 1999). Neste sentido os preservacionistas almejavam a todo custo criar áreas intocadas, ou seja, que nunca sofreram a interferência da ação humana e que nunca viessem sofrer, por acreditarem que a solução para os problemas ambientais estaria na criação destas áreas.

Cabe ainda ressaltar que os defensores desta corrente se posicionam contrários à permanência de qualquer forma de presença humana nas reservas ecológicas, por entenderem que a manutenção da natureza só será possível sem a ação humana (RIBEIRO, 2005). Diversamente dos preservacionistas, os conservacionistas defendem a existência e permanência de população nestes recantos da natureza, por compreenderem que tais grupos tradicionais<sup>5</sup> podem atuar estrategicamente na conservação e fiscalização destes territórios demarcados como reservas ambientais. Neste sentido Diegues (2004) ressalta que em experiência desse tipo, de uma maneira muito sábia as comunidades denominadas como tradicionais conseguem utilizar e ao mesmo tempo conservar os recursos naturais do território<sup>6</sup> no qual estão inseridas.

---

<sup>4</sup> O conceito de Desenvolvimento sustentável aqui utilizado segue a definição do decreto nº 6.040/2007 que diz ser desenvolvimento sustentável “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS).

<sup>5</sup> “Compreende-se por povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - DECRETO 6.040/2007).

<sup>6</sup> Cabe aqui esclarecer que a categoria território ora apresentada segue a perspectiva trabalhada por Raffestin. Neste sentido entende-se o território como dimensão que está para além do espaço físico, sendo constituído pelas relações dos atores sociais. Ou seja, compreende-se o território “[...] concomitantemente, como objetivação e reflexo da (i)materialidade relacional da sociedade (econômica, política e cultural – em uma palavra: social) agida e vivida no espaço e com a apropriação deste no tempo” (EDUARDO, 2006, p.176).

De fato quando analisado o modo de vida das populações tradicionais<sup>7</sup> compreende-se que elas possuem uma relação de simbiose com o meio ambiente. Para estas populações “há tempo para fazer coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há tempo de esperar as espécies de peixes migratórios [...]. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva etc.” (DIEGUES, 2004, p. 56). Dessa forma, o modo de vida das populações tradicionais é caracterizado pelo desenvolvimento de atividades de subsistência e pela dependência e conhecimento aprofundado da natureza, transmitido de geração a geração.

Ainda segundo Gomez Pompa e Kaus, apud Diegues (2004, p.36)

O conceito de “wilderness” (mundo natural selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural de que dependem como fonte de matéria-prima. Os habitantes da zona rural têm percepções diferentes das áreas que os urbanos designam como wilderness, e baseiam seu uso da terra em visões alternativas. Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: é sua casa. Muitos agricultores entram numa relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é mais um objeto, mas um mundo de complexidade em que seres vivos são frequentemente personificados e endeusados mediante mitos locais. Alguns desses mitos são baseados na experiência de gerações e suas representações das relações ecológicas podem estar mais perto da realidade que o conhecimento científico. O termo conservação pode não fazer parte de seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza. (grifo meu).

Contudo, cabe ressaltar que foram as ideias preservacionistas que se difundiam pelo mundo, de forma especial nos países do Terceiro mundo, onde sua implantação ainda é muito polêmica em virtude de grande parte das florestas tropicais serem habitadas por comunidades tradicionais. Segundo Arruda (1999) estas populações as quais ele denomina de *cultura rústica* se constituíram em territórios/regiões que perderam a importância econômica ou que tiveram o precioso produto de exploração (ouro, pedras preciosas, café, cana - de - açúcar, borracha, pau-brasil) esgotado. Os povos aos quais Arruda (1999) denomina de *cultura rústica* são fruto do processo de aculturação entre os portugueses - colonizadores - e os índios - nativos colonizados.

---

<sup>7</sup> Segundo Diegues (2004) são exemplos de populações tradicionais os povos ribeirinhos, indígenas, caiçaras, jangadeiros, seringueiros, remanescentes quilombolas dentre outros.

Este mesmo autor destaca que os portugueses recém chegados ao Brasil utilizaram diversas técnicas e costumes indígenas (base alimentar, cultivo da terra, organização e sociabilidade) - de baixo impacto ambiental - para se fixarem no território nacional. Quando o ciclo de exploração se esgotava, migravam para outra região do país e deixava a própria sorte à população ali constituída, as pequenas comunidades se refugiavam em outros territórios menos povoados, onde existissem abundantes terras e recursos naturais, a fim de se fixarem permanentemente na nova região.

“A emergência da questão ambiental”<sup>8</sup> fez acender os holofotes sobre este tipo de “cultura rústica” devido ao seu elevado conhecimento dos processos naturais e por sua base de produção de subsistência. Contudo,

[...] embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer a elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental (ARRUDA, 1999, p. 83).

Dessa forma, pode-se inferir que o modelo *Yellowstone* não está preocupado com a crise ambiental de fato, já que, não associa tal crise aos altos índices de produção, consumo, miséria e desemprego e por não buscar mensurar os impactos da importação deste modelo em outros países.

Cabe ressaltar que, se a preocupação com a questão ambiental surge em período remoto da história da humanidade, essa preocupação nem sempre fez parte do discurso oficial. A discussão ambiental ganhou contornos políticos com a propagação de manifestações que denunciavam os riscos que o planeta e a humanidade passaram a correr com o modelo de desenvolvimento predominante. Pois, o atual modelo de desenvolvimento, o capitalista, não respeita os limites de intervenção do homem sobre a natureza. (GONÇALVES, 2004).

Neste sentido, em 1972 é realizada na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano<sup>9</sup>, também conhecida como Conferência de Estocolmo. Esta foi a

---

<sup>8</sup> A questão ambiental pode ser entendida como fruto da intervenção desmedida da sociedade sobre a natureza. Intervenção esta sem possibilidades de reposição (ROBRIGUES, 1998).

<sup>9</sup> Estiveram presentes nesta conferência representantes de 113 países. Durante sua realização foi instituído o dia 5 junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente e criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Cabe ressaltar ainda que a partir da Conferência de Estocolmo foi elaborado o *Relatório Our Common Future* (Relatório Nosso Futuro Comum) ou

primeira conferência de âmbito mundial direcionada para o meio ambiente, o mundo se voltava para as questões ambientais e passava a perceber que a “poluição não reconhece limites políticos ou geográficos e afeta países, regiões e pessoas muito além de seu ponto de origem” (MOUSINHO, 2005, p. 345).

Dessa forma, a discussão sobre a conservação do meio ambiente passa a ocupar lugar de destaque na mídia mundial, porém com uma abordagem ainda reduzida a fauna e da flora. Cabe ressaltar que a Conferência de Estocolmo é um importante marco na história sobre o meio ambiente, visto que a partir dela surgem políticas direcionadas para o gerenciamento ambiental (MOUSINHO, 2005). Cabe destacar que para Feldemann (2005) a Conferência de Estocolmo representa “o marco da tomada de consciência da dimensão planetária dos problemas ambientais” (p.144).

Outro marco extremamente importante na discussão sobre meio ambiente e que não pode ser esquecido foi a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, popularmente denominada de Rio-92<sup>10</sup>. Para alguns autores como Feldemann (2005), sua realização foi tão importante, que para ele o século XXI se iniciou com a realização da Rio-92.

A Rio-92 “fez história ao chamar a atenção de todo mundo para uma questão nova na época: a compreensão de que os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições econômicas e à justiça social” (MOUSINHO, 2005, p. 363). Durante sua realização foi difundido e consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável como meta a ser perseguida por todos os países. Passou a ser disseminado a nível mundial a urgência da conciliação entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e social para que se preserve a espécie humana no planeta Terra.

Apesar da Rio-92 ter dado destaque as discussões ambientais no Brasil, há que se ressaltar que desde o início da década de 80 o Brasil já contava com importante legislação ambiental, a saber a Política Nacional do Meio ambiente, criada no ano de 1981 a partir da Lei 6938/81. Com o intuito de regulamentar ações de proteção e conservação ambiental, esta política reconhece o meio ambiente como patrimônio público que deve ser assegurado e protegido para o uso coletivo. Ela também dispõe dentre outros objetivos sobre “à

---

*Relatório Brundtland* que avalia a questão ambiental em sua interconexão com o desenvolvimento e propõe estratégias para resolver os problemas detectados (MOUSINHO, 2005).

<sup>10</sup> A Rio-92 conseguiu reunir durante seus 12 dias de realização 100 chefes de Estado e representantes de mais de 170 países. A Rio-92 ainda se destaca pelos acordos nela firmados como a Agenda 21, a Declaração do Rio e a Declaração de Princípios das Florestas (MOUSINHO, 2005).

compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (artigo 4, p.03).

Ainda nesta discussão é pertinente definir o que vem a ser meio ambiente. Para Trigueiro (2005) essa não é uma tarefa fácil de ser realizada, exigindo uma “pitada de sabedoria” (p.77). Segundo este autor a expressão meio ambiente congrega dois substantivos redundantes sendo: “meio (do latim *mediu*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente, palavra composta de dois vocábulo latinos: a preposição *amb(o)* (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir)” (TRIGUEIRO, 2005, p. 77).

Logo, Lima-e-Silva (1999 apud TRIGUEIRO, 2005, p. 77) diz que o “meio ambiente é um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles”. Nesta mesma perspectiva Guimarães (2010) compreende o meio ambiente como um envoltório a tudo e a todos possibilitando a vida na terra. Dias (2002) também define o meio ambiente para além da dimensão ecológica de fauna e flora. Para ele o meio ambiente diz respeito à relação entre ar, solo, temperatura (fatores abióticos), com flora e a fauna (fatores bióticos) e com os paradigmas, princípios éticos, valores filosóficos, políticos, científicos, econômicos, sociais, religiosos etc. (cultura humana). Dessa forma, percebe-se que os conceitos de meio ambiente apresentados, compreendem o mesmo para além das plantas e dos animais, significando a relação humana com os demais elementos naturais.

É nesta perspectiva, mesmo sem se darem conta, que as populações tradicionais compreendem meio ambiente, visto que possuem um “modo” distinto de se relacionarem com a natureza. Para as comunidades tradicionais a natureza esta para além dos animais e das florestas. A natureza significa sua casa, fonte de vida e morada dos seus antepassados.

## **2.2 O Modo de Vida das Populações Tradicionais**

No Brasil são consideradas populações tradicionais os indígenas, os ribeirinhos, os extrativistas, os pescadores e outros grupos ainda pouco debatidos perante a academia. Para Diegues (2004) as comunidades tradicionais são identificadas pelo seu relacionamento de simbiose com a natureza; pelo desenvolvimento de atividade de baixo impacto ecológico como o extrativismo animal e vegetal; produção voltada para a subsistência; demarcação cultural do espaço onde habitam; pela rede de parentesco e compadrio estabelecido na comunidade; elevado conhecimento dos recursos naturais e dos ciclos ecológicos (utilização

de complexo calendário ecológico); utilização de técnicas com limitado desenvolvimento tecnológico e transmissão hereditária do conhecimento tradicional.

Assim sendo, pode-se constatar que as populações tradicionais se relacionam com a natureza de forma distinta das sociedades industriais. Seu relacionamento é permeado de respeito e admiração pelo território onde habitam, suas ações são orientadas por um sofisticado calendário agrícola e pesqueiro que embasam suas ações, determinando a fase de realização de cada uma delas.

Ainda segundo Diegues (2004) os moradores das florestas tropicais/povos tradicionais, reconhecem o ambiente em que vivem como morada dos seus antepassados, seu habitat acolhedor, e por isso sua relação com o mesmo será de “proteção”. As atividades desenvolvidas por esta população é permeada por mitos e símbolos que ditam a forma de se relacionarem com a natureza impedindo sua degradação. “Essas normas existem tanto em ecossistemas terrestres (período de interdição da caça) e costeiros (limitação de períodos, acesso, aos recursos controlados pelo ‘segredo’)” (idem, p. 66).

Mesmo sem saber que em certas áreas (florestas, estuários e rios) se reproduzem determinadas espécies de fauna e flora, estes povos regulam ou proíbem seu uso, por considerarem sagradas (morada dos deuses ou lugar de descanso das almas) (DIEGES, 2004). Assim, nas comunidades tradicionais há tempo para caçar, pescar e plantar, todas as suas ações são cuidadosamente planejadas a partir de um rico sistema de símbolos e mitos que condicionam a vida em comunidade.

No que se refere ao território onde habitam este quando demarcado por um grupo de cultura tradicional é bem comum de todos os integrantes da comunidade. Todos usufruem igualmente do território e dos recursos naturais ali existentes, pois o território é lugar de reprodução econômica e social da comunidade. A comunidade por sua vez é caracterizada por uma extensa rede de parentesco, compadrio e solidariedade ditada por normas e valores sociais que possibilitam a vida em sociedade (idem).

A partir dessas informações pode-se asseverar que a forte dependência dos recursos naturais, a pequena dependência com o mercado e o baixo impacto ambiental caracterizam estas comunidades como sustentáveis. Dessa forma é inegável o importante papel que estes povos têm na conservação e fiscalização do ambiente em que vivem. Eles são estratégias importantes para assegurar a diversidade biológica do local onde habitam. Autores como Balée e Gomez-Pompa, apud Diegues (2004) afirmam em seus estudos que a manutenção e até mesmo o aumento da diversidade biológica das florestas tropicais está intimamente

relacionada com as práticas tradicionais de agricultura itinerante dos povos locais. Logo, o manejo sustentável destes povos possibilita a diversidade biológica das florestas tropicais em virtude do seu aprofundado conhecimento dos processos naturais.

Contudo, para que tais populações continuem a conservar o meio ambiente através do manejo sustentável dos recursos naturais, faz-se necessário um amplo e articulado conjunto de programas e serviços que ofereçam infraestrutura básica na ótica da inclusão social para estas populações. Tem papel central nesta discussão de conservação ambiental o sistema de proteção social brasileiro (assistência social, saúde e previdência social), uma vez que, sem a proteção social dessas comunidades a conservação ambiental promovida por estas populações será inversa, já que a mesma não possuem condições materiais reais de existência para realizar tal ação. A oferta articulada das políticas de assistência social, saúde, e previdência social possibilitam a estas comunidades o acesso aos recursos naturais essenciais para sua reprodução social, cultural, física e econômica, o que será discutido no subcapítulo a seguir.

### **2.3 A Correlação entre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Política Social**

Como já mencionado, durante a década de 70 do século XX a sociedade planetária começa a refletir sobre os impactos da ação humana sobre a natureza, fonte primária de toda riqueza socialmente produzida. Assim, na contemporaneidade despontou a nível mundial a discussão sobre um novo tipo de desenvolvimento, o sustentável. Ainda muito polêmico este termo divide opiniões no mundo inteiro, por suscitar indagações de como manter o atual nível de desenvolvimento conservando os recursos naturais. A princípio é necessário esclarecer que tal façanha na atualidade é eminentemente impossível, já que um dos principais, senão o principal, vilão da depredação da base natural sobre a terra é o consumismo desmedido da atual sociedade.

Tendo como principal objetivo o uso responsável dos recursos naturais, vislumbrando os direitos das sociedades futuras de também usufruírem dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável têm sua definição consagrada no relatório “Nosso Futuro Comum” formulado pela Comissão Brundtland. Tal comissão foi instituída durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em 1972, com o objetivo de avaliar os impactos do desenvolvimento humano sobre o meio ambiente e propor estratégias de ação a nível mundial (Mousinho, 2005).

Dessa forma o conceito de desenvolvimento sustentável toma a cena das principais discussões durante o século XXI. Contudo, como conciliar o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente, quando um terço da população mundial consome dois terços de toda energia produzida e recursos naturais do planeta (RIBEIRO, 2005)? A resposta é eminentemente simples. Nestes termos não há como se falar em desenvolvimento sustentável, enquanto todos os cidadãos não começarem a refletir sobre a utilidade e dano do seu consumo sobre a natureza e conseqüentemente para a qualidade de vida desta geração e das futuras. Para além dos cidadãos esta nova postura deverá ser adotada do micro ao macro, ou seja, desde os cidadãos, as governanças locais (governos, movimentos sociais, organizações do terceiro setor) até as discussões de cúpula dos governos e das grandes e pequenas empresas.

O modelo atual de desenvolvimento está fundamentado na insustentabilidade ambiental, visto que, dissemina no imaginário individual das pessoas a necessidade de consumir compulsoriamente em busca de uma suposta felicidade que só se encontra na grande produção de resíduos e na depleção dos recursos naturais. A ideologia dominante perpetua o *status quo* quando massifica no interior da sociedade a incompatibilidade de modelos de cultura diferentes do modelo ocidental dos países do norte (GUIMARÃES, 2003). Assim, a qualidade de vida passa a ser sinônimo de consumo e a diversidade cultural passa a ser vista como um entrave ao progresso da sociedade moderna.

Sobre esta discussão cabe expor a importância do modo de vida das populações tradicionais que contrariamente ao exposto representa uma importante aliada na conservação dos recursos naturais. Várias áreas hoje conservadas no Brasil, assim se encontram muito em decorrência da presença das populações tradicionais nestas regiões. Estes povos atuam como fiscalizadores do território onde habitam, impedindo/dificultando a expansão de projetos das grandes corporações financeiras. Isto sem perder de vista seu modo de vida distinto das sociedades industriais, que por “natureza” conservam o seu território de moradia e fonte de sua subsistência. Contudo, quando desprovidas de políticas de infraestrutura estas populações podem atuar inversamente na conservação da natureza, já que tais políticas irão subsidiar o modo de vida tradicional destas populações.

Feldmann (2005) ressalta o perigo da massificação da cultura, no que se refere aos hábitos e costumes, desde a simples atitude de se alimentar. Ele esclarece que a homogeneização do consumo de carne bovina intensifica a expansão das fronteiras agrícolas sobre complexos ecológicos como a Amazônia e o aumento do gás metano na atmosfera, importante gás na produção do efeito estufa.



É necessário destacar que não há como se falar em desenvolvimento sustentável sem que seja referendada a igualdade social e a distribuição da riqueza socialmente produzida. Atualmente 16 milhões<sup>11</sup> de pessoas no Brasil vivem em situação de extrema pobreza, possuindo péssimas condições de vida. A grande maioria da população dos países pobres vivem em favelas e em habitações sem infraestrutura básica como saneamento básico e coleta de lixo, o que provoca a poluição do ambiente local. Estes países também enfrentam problemas graves no que se refere ao destino dos seus resíduos líquidos e sólidos. Em muitos casos os dejetos sólidos são depositados a céu aberto atraindo insetos e animais peçonhentos além de depredar a área ao seu redor. No que se refere aos resíduos líquidos estes são alocados nos rios, poluindo todo o lençol freático.

Dessa forma, têm importância central na discussão sobre meio ambiente a efetivação da proteção social como mecanismo de conservação da natureza assim como garantia da cidadania.

O surgimento da proteção social brasileira está associado à gênese da previdência social. Neste sentido autores como Boschette (2008), Jaccoud (2009) e outros se referem à proteção social como sendo o conjunto das políticas de saúde, previdência e assistência social, que juntas formam a Seguridade Social brasileira. Na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no Título VIII denominado da ordem social a proteção social é apresentada como sendo o conjunto das políticas da seguridade como também da educação, da cultura, do meio ambiente, do desporto, da ciência e da tecnologia e da comunicação social. Cabe ainda destacar que para fins deste trabalho delimitou-se o estudo da proteção social a partir das políticas de previdência social, assistência e saúde, ou seja, da Seguridade Social.

Sobre proteção social esta pode ser definida como as formas

[...] às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (DI GIOVANNI, 1998, p.10)

---

<sup>11</sup>Dado extraído do site Brasil Sem Miséria. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/conheca-o-plano/>>.

Nesse sentido, o Estado passou a ser o principal provedor de bem estar social, com a missão de redistribuir a riqueza socialmente produzida por meio de programas e políticas sociais. Cabe ainda salientar que a proteção social deixou de ser apenas um benefício e serviço público para se tornar uma obrigação jurídica – um direito social (JACCOUD, 2009). Sua institucionalização ocorreu em virtude do agravamento da questão social e da correlação de forças entre o capital e trabalho. O Estado passa a prover a cobertura social provocada pelas alterações no âmbito do trabalho (velhice, desemprego, incapacidade para o trabalho, etc), com o intuito de manter a ordem social- *status quo*.

“As ações permanentes ou temporárias relacionadas ao desenvolvimento, à reprodução e à transformação dos sistemas de proteção social consiste no que chamamos de política social [...]” (FLEURY & OUVÉNEY 2008, p. 37). As políticas sociais têm por objetivo promover o bem estar humano, minimizando os riscos sociais, ou seja, a política social se apresenta como sendo “[...] conjunto de ações que objetivam a promoção da igualdade e do bem estar, enfatizando, assim, os valores que guiam tais ações [...]” (idem).

Marco importante da proteção social brasileira é a Constituição Federal de 1988, que formaliza juridicamente o dever do Estado como principal provedor da cobertura social. No artigo 196 desta Constituição é revelado que “a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Contudo, há que se destacar que nem sempre foi assim, visto que antes do século XX a saúde era mantida/fornecida por instituições filantrópicas, apenas na década de 30 do século XX surgirão às primeiras ações estatais em prol da saúde.

Bravo (200?, p. 03)<sup>12</sup> revela que a conjuntura política e econômica da década de 30 favoreceram para o surgimento das políticas sociais nacionais, que respondessem às questões sociais de forma orgânica e sistemática. Porém, esta mesma autora destaca que a saúde teve significativo avanço na sua formulação e implementação na década de 80 do século XX, quando em consequência da mobilização civil a saúde passou a ser vista e assumida como uma questão política, ou seja, direito de cidadania. Destarte, o conceito de saúde é ampliado passando a ser compreendido como um amplo conjunto de fatores incluindo educação, moradia, trabalho, alimentação, meio ambiente, saneamento básico, acesso a bens e serviço, esporte, ou seja, ações que garantam o bem estar físico, social e mental da população.

A Constituição de 1988 é marco importantíssimo também, no que se refere às ações

---

<sup>12</sup> Não existe ano específico de publicação.

assistenciais. É a partir desta constituição que a assistência social passa a ser concebida como um direito social, mais tarde regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. Sobre a assistência social Motta (2009) revela que:

[...] A Constituição de 1988 instituiu a Assistência Social como uma política não-contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição geracional- infância e velhice -, quer por necessidades físicas e mentais [...] (p.15).

Assim a assistência social perde seu caráter benemerente para ser instituída no plano do direito social. Cabe destacar que diversamente da previdência social que é destinada apenas aqueles que possuem um vínculo empregatício, fundamentada na lógica do seguro social e da saúde de caráter universal, ou seja, destinada a todos sem distinção de classe, gênero ou cor, a assistência social brasileira é dedicada a todos os indivíduos que dela necessita.

Apesar de instituída no âmbito do direito social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, Mota (2009) concebe a assistência social como um “mito social”, haja vista sua centralidade no sistema de proteção social brasileiro, como principal instrumento de enfrentamento das situações de pobreza. “[...] A assistência social passa a assumir para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção e não parte da política de proteção social” (MOTA, 2009, p. 144).

Contudo, apesar de ter assumido nas últimas décadas um caráter seletivo através de programas residuais e fragmentados, a assistência social é um importante mecanismo na luta contra a pobreza e a exclusão social, visto que assegura condições básicas de acesso para aqueles que se encontram excluídos. Yazbek (2006) destaca que a rede de proteção da assistência social oferece atendimento a um vastíssimo conjunto de necessidades, atende famílias, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, desempregados, dependentes de drogas, migrantes, e outros, (idem). Neste sentido o presente estudo comunga com as ideias e discussões apresentadas por Yazbek (2006), que revela que a assistência social apesar de ter assumido um caráter focalista, após o desenvolvimento da política neoliberal, possibilita aos excluídos o acesso a bens e serviços, favorecendo seu protagonismo.

Procura-se, portanto apreender a Assistência Social nesta trama de relações,

no movimento contraditório presente nas políticas sociais públicas que se de um lado, em seu funcionamento ambíguo, acomodam relações entre o Estado e os segmentos empobrecidos da sociedade, de outro oferecem algumas respostas ainda precárias, as necessidades relacionadas à sobrevivência dessas classes (p. 21).

No que se refere à política da previdência social, como já exposto ela surge sob a lógica do seguro, ou seja, só estava assegurado aquele que possuísse um vínculo formal de trabalho. Na atualidade a previdência social ainda permanece com caráter contributivo ligado ao vínculo formal de trabalho, contudo, se uma pessoa por conta própria (autônomo) decidir contribuir com a previdência social, poderá fazê-lo, tornando-se assim um assegurado da previdência.

Instituída pela Lei Eloi Chaves em 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), a previdência social era inicialmente restrita a determinadas categorias profissionais da área urbana, todavia, na década de setenta em pleno governo militar a cobertura da previdência social foi ampliada<sup>13</sup> passando a cobrir outras categorias, com destaque para incorporação dos trabalhadores rurais, que passaram a usufruir dos direitos previdenciários sem a obrigatoriedade de contribuição.

Atualmente a previdência social não consegue cobrir grande parte da população economicamente ativa no Brasil, excluindo milhares de pessoas que não se encontram inseridas no mercado formal de trabalho e não possuem meios para pagar avulsamente a previdência social. Tal situação sobrecarrega a política de assistência social que não consegue dá respostas satisfatórias a este público excluído das relações de trabalho.

Ainda nesta discussão é pertinente abrir um parêntese para introduzir brevemente os conceitos de pobreza e exclusão<sup>14</sup>.

Nos últimos anos a discussão sobre a exclusão social tem ocupado lugar de destaque entre os principais círculos de debates, em virtude do agravamento da pobreza e da desigualdade social no mundo. Neste sentido para Yazbek (2001) a exclusão social se configura como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. “[...] Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela, não participação e pelo mínimo de usufruto da riqueza socialmente produzida [...]” (YAZBEK, 2001, p. 34). Ou seja, a exclusão revela uma forma desigual de

---

<sup>13</sup> Em pleno cenário de cerceamento dos direitos civis e políticos, os governos militares expandem os direitos sociais. É neste período também que a previdência social é unificada através do Instituto de Previdência Social (INPS) e extinto os IAPs. Para maiores esclarecimentos consultar Carvalho (2008).

<sup>14</sup> É necessário destacar que estes são termos extremamente complexos e suscitam diversos conceitos de acordo a análise dos teóricos que os estudam.

inserção do indivíduo na sociedade, “[...] expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões” (idem).

Logo, a exclusão social manifesta às relações vigentes na sociedade, indicando a forma de inserção na vida social, a condição de classe e de outras condições que reforçam a desigualdade, tais como gênero, etnia, procedência e outras (idem).

Não há como falar de exclusão social sem que seja feita uma correlação com a pobreza, assim, Martins apud Yazbek (2012) aborda a pobreza como uma categoria multidimensional, que não se limita às privações materiais, mas um conjunto de fatores de insuficiência, como direitos, informação, oportunidades, esperança e possibilidades. A pobreza é “[...] uma das manifestações da questão social<sup>15</sup>, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria [...]” (YAZBEK, 2012, p. 289).

Logo, os pobres são fruto das relações sociais geradas principalmente no modo de produção capitalista, que produzem e reproduzem grande desigual no âmbito político, social, cultural e econômico (idem). A autora ainda destaca que embora a renda seja elemento essencial na configuração da pobreza, há a necessidade de abordá-la (renda) em conjunto com outros elementos tais como acesso a bens, recursos e serviços sociais, além de outros meios complementares de sobrevivência, para que se possa definir a situação de pobreza.

[...] Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos [...] na sociedade [...] (idem, p. 290).

---

<sup>15</sup> “Ao colocar como referência a Questão Social estou colocando em questão a divisão da sociedade em classes cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Estou colocando em questão portanto, a desigualdade e a disputa pela apropriação da riqueza social. Questão Social que se reformula, redefine, agrava ou se atenua, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural que não se resolve numa formação econômico/social por natureza excludente” (YAZBEK, 2003, p. 47).

Assim, pode-se inferir que o elemento pobre e excluído encontra-se desprovido de condições objetivas que lhe possibilite sobreviver dignamente na sociedade. Diante deste quadro surge a necessidade da intervenção estatal por meio de políticas sociais e econômicas que possam amenizar tal situação. A política social brasileira tem por objetivo maior reduzir as desigualdades sociais sob a ótica da justiça social, da equidade e da garantia dos plenos direitos de cidadania. Contudo,

[...] não basta garantir os direitos em lei. É preciso assegurar as condições políticas, materiais e institucionais necessárias para sua concretização e estabelecer as condições de vida necessárias para que a população possa ter acesso a estes direitos, o que deveria ser função das políticas sociais. Ainda que incapaz de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema (BOSCHETTI, 2004, p. 113).

Desse modo, a política social se coloca como estratégia de combate as expressões da questão social gerida no modo de produção predominante, o capitalista. Cabe destacar que esta forma de apropriação de riqueza e de consumo proporcionada pelo sistema capitalista está pondo em risco a vida humana no planeta terra, pois degrada o meio ambiente por extrair e consumir bens não renováveis, num período de tempo diverso do da natureza.

Logo, a manutenção e a conservação dos povos e comunidades tradicionais na região em que habitam tende a ser um importante “mecanismo” de conservação ambiental. Isto sem falar que estará sendo respeitados e reconhecidos os direitos dos povos culturalmente diferentes.

A proteção social destas comunidades fornecerá instrumentos para que possam conservar o espaço em que habitam, isto sem perder de vista a ótica do direito social e da cidadania, pois a proteção social está para além de serviços públicos é condição necessária para a formação humana enquanto ser em sociedade.

Neste sentido os sistemas de proteção social surgem para oferta serviços e programas aos indivíduos que não conseguem assegurar pela via do trabalho sua própria subsistência, assim como para manter a ordem vigente. Contudo, estes sistemas vão se modernizar ao longo da história tornando-se mais que um direito social, eles se transformam em condição essencial de cidadania, visto que determinada parcela da população é historicamente expropriada/alijada de seus direitos. Desse modo, a seguridade social, fruto de lutas históricas

se configura como alicerce de proteção e promoção social da cidadania brasileira.

### **3 PERCURSO ACERCA DA ORIGEM E DO ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS**

O presente capítulo faz um breve resgate histórico em torno da gênese da proteção social, relacionando a sua institucionalização à expansão do modo de produção capitalista e a organização da classe trabalhadora. Posteriormente é apresentado o sistema de proteção social brasileiro que é ampliado e inscrito sob o âmbito do direito, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. São apresentadas as políticas da Seguridade Social (previdência, assistência e saúde) realizando uma breve contextualização histórica do surgimento de cada uma delas, assim como da atual conjuntura de embate com a política neoliberal. Logo após, é traçada a relação existente entre proteção social e o modo de vida tradicional, debatendo a necessidade de cobertura social para este segmento populacional, que vem sofrendo com os impactos da intensa degradação dos ecossistemas naturais. Por fim, é discutido o acesso da população às políticas.

#### **3.1 Gênese e Desenvolvimento da Proteção Social**

Historicamente a sociedade desenvolveu mecanismos de proteção social para amenizar a miséria humana, contudo, tais ações ganham o cenário político com o aumento da miséria da população e das reivindicações da classe trabalhadora. A partir de então, a proteção social passa a ser institucionalizada, ou seja, o Estado reconhece como legítimas as reivindicações da classe trabalhadora e descobre a necessidade de garantir direitos sociais para a manutenção da ordem vigente e da sociabilidade.

De acordo com Di Giovanni (1998) a proteção social sempre existiu em todas as formas de sociedade, desde os modelos mais rústicos aos mais avançados. Isto significa dizer que, de alguma forma, seja através de medidas caritativas, benemerentes ou de solidariedade familiar, as sociedades promoveram, mesmo que minimamente, a proteção daqueles que não conseguiam se manter socialmente.

Todavia, apesar de estar presente em todos os tipos de sociedade, foi apenas nas três últimas décadas do século XIX que o sistema de proteção social adquiriu laivos de

modernidade, se institucionalizando. Neste sentido, Di Giovanni (1998) afirma que tiveram maior importância os sistemas de proteção social desenvolvidos nas sociedades capitalistas.

Esse mesmo autor revela que a gênese da proteção social está relacionada ao aumento da pobreza (intensificada pela industrialização e urbanização) e pela organização dos trabalhadores que descobriram que a pobreza não era ocasionada pelo mérito ou demérito do indivíduo, mas sim pelas péssimas condições sociais de vida e de trabalho. Dessa forma, pode-se inferir que a proteção social se institucionaliza através da correlação de forças entre o capital e o trabalho, ou seja, a modernização das técnicas de trabalho trouxe consigo o agravamento da miséria da população, assim como a tomada de “consciência” da classe trabalhadora, que passou a reivindicar por melhorias sociais.

Com o processo de industrialização e urbanização, as cidades incharam e trouxeram consigo o agravamento da situação de moradia, higiene e saneamento. Atrelado a este cenário, as modernas técnicas de produção aumentaram os riscos de acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Logo, quando doente ou acidentado, o trabalhador perdia seus rendimentos, não tendo como prover o bem estar de sua família. A instabilidade do emprego e a baixa remuneração também influenciaram para a miséria da população (DI GIOVANNI, 1998).

Sobre esta discussão Fleury (1985) ressalta que as medidas de proteção social assumiram diferentes formas nos países em que foram implementadas, em virtude do contexto social e político de cada estado nação e do significado político e histórico do exercício dos direitos sociais. Neste sentido ela destaca a assistência social, o seguro social e o Estado de Bem Estar Social como os três principais modelos de proteção social difundido pelo mundo.

Segundo esta autora as primeiras medidas de proteção social tiveram origem num contexto liberal, que apregoava a eficácia do mercado na correção dos problemas sociais. Contudo, o mercado mostrou-se incapaz de corrigir os problemas que ele mesmo produzia, principalmente dos problemas ligados a reprodução humana. Assim, o Estado passa assegurar a assistência social como parte da identificação de uma necessidade, ou seja, a oferta de serviços assistências naquele período não era reconhecida como um direito social, que deveria ser assegurado pelo Estado. A situação de necessidade do indivíduo era vista como decorrente de um problema de caráter (idem). Sobre este tipo de proteção social Fleury (1985) denomina de cidadania invertida.

O segundo tipo de proteção social apresentada por esta autora é designado de cidadania regulada por está intimamente relacionada ao mercado de trabalho. A cidadania



regulada se estrutura a partir do seguro social, estando assegurado o indivíduo que possuir vínculo empregatício. Neste contexto o Estado reconhece a proteção como um direito, porém apenas para os inscritos no âmbito do trabalho. Os benefícios são concedidos de forma proporcional a contribuição e não numa relação imediata as necessidades do assegurado. Portanto, só eram cidadão as pessoas que possuíssem um vínculo formal de trabalho. “Essa forma de proteção envolve questões de equidade, justiça social, e redistribuição de renda entre a população beneficiada [...]” (FLEURY, 1985, p.402), contudo, deixa de fora os mais necessitados, isto é, os que estão fora do mercado formal de trabalho.

Por fim, a autora apresenta a cidadania plena a partir do Estado de Bem Estar Social<sup>16</sup>. Fleury (1985) revela que o Estado de Bem Estar Social rompe com as concepções de proteção social baseadas na evidência da necessidade ou no contrato firmado, por estar fundamentado numa relação de direito social inerente à cidadania<sup>17</sup>. No que se refere ao âmbito institucional implica organização nacional da política social, tendo o Estado como administrador e financiador do sistema (idem). “[...] Trata-se de um projeto de redefinição das relações sociais em direção à redistribuição de renda e, portanto à equidade e justiça social para toda a sociedade” (FLEURY, 1985, p. 402).

No que se refere ao cenário brasileiro, as primeiras ações institucionalizadas de proteção social estavam relacionadas à lógica do seguro social, ou seja, estavam restritas à política de previdência social (BOSCHETTI, 2008). Destarte, estavam protegidos apenas aqueles que possuíssem vínculo empregatício e que tivessem sua profissão inscrita na previdência social - cidadania regulada. Quanto aos não cobertos pela previdência social, restava a estes a assistência social, porém, a assistência ainda não era inscrita no âmbito do direito, não sendo uma ação obrigatória do Estado. Desta forma, pode-se inferir que tal modelo excluiu por longos anos os indivíduos que não participavam do mercado formal de

---

<sup>16</sup> Welfare State ou Estado de Bem Estar Social “[...] designa as políticas desenvolvidas em resposta ao processo de modernização das sociedades ocidentais, constituindo em intervenções políticas no funcionamento da economia e na distribuição social de oportunidades de vida que procuram promover a seguridade e a igualdade entre cidadãos, com objetivo de fomentar integração social das sociedades industriais altamente mobilizadas” (FLEURY & OUVÉRY, 2008, p. 29-30).

<sup>17</sup> “A cidadania consiste em um *status* concedido a todos os membros integrantes de uma mesma comunidade política [...]” (FLEURY & OUVÉRY, 2008, p. 24). Estes autores falam que para Marshall a cidadania é composta por direitos de cidadania, ou seja, constituída pelos elementos civil, político e social.

trabalho. A estes restavam os precários serviços socioassistenciais oferecidos por instituições filantrópicas.

Neste sentido o sistema de proteção social brasileiro só veio a ter significativa mudança na década de 80 do século passado, em virtude da grande efervescência social do país. No final da referida década o Brasil instituiu um novo modelo de proteção social englobando as políticas de previdência, saúde e assistência social, denominado de Seguridade Social. “[...] A Constituição de 1988 alargou o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impacto relevante no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios” (JACCOUD, 2009, p. 63). A Seguridade Social brasileira tornou-se um importante marco na história da proteção social brasileira ao universalizar a saúde, ao institucionalizar a assistência social inscrevendo-a no âmbito do direito e ao admitir que autônomos pudessem contribuir com a previdência social independente de vínculo de trabalho formal.

Pode-se entender, dessa forma, que a proteção social brasileira foi ampliada e inscrita no âmbito do direito social com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A proteção social passou a ser vista como um direito social e como tal deveria ser garantido pelo Estado à toda população. Assim, foram estabelecidas medidas públicas de combate às privações de ordem econômica e social. O Estado passou a ser reconhecido como o principal provedor da proteção social.

Neste sentido, o sistema de proteção social brasileiro tem por objetivo ofertar programas e serviços à população através das políticas de previdência, assistência e saúde. Contudo, logo após a criação da Seguridade Social, as mesmas foram alvo de sucessivas reformas que limitaram seu campo de ação.

Autores como Boron (2009), afirmam que “o triunfo do neoliberalismo foi mais ideológico e cultural do que econômico” (p.09). Tal afirmação é procedente pelo fato de que o neoliberalismo não conseguiu destruir as políticas sociais já existentes, como preconizam seus objetivos mais ortodoxos de enxugar a máquina estatal. O que aconteceu, de fato, foi a reestruturação das políticas de proteção social e uma onda de privatizações, ou seja, desestatização dos serviços públicos em prol dos particulares. O intuito dessas reformas era deixar os serviços públicos tão precários que forçariam a população buscar serviços do setor privado (idem). As políticas sociais passaram a ter um caráter focalista, seletivo e residual, como a exemplo das políticas da Seguridade Social. No decorrer do presente subcapítulo será apresentado o contexto de surgimento das políticas da seguridade social, assim como a conjuntura atual de embate com a política neoliberal.

### 3.1.1 Previdência Social

No que tange à gênese do sistema previdenciário, este surge da correlação de forças do capital e do trabalho e da necessidade de responder “à falta de salário por sua interrupção causada pela perda da *capacidade física* ou social de trabalho” (FALEIROS, 2009, p. 174). Nos casos de doença, invalidez, desemprego, velhice e de outras enfermidades, os trabalhadores eram “deixados” sob a responsabilidade das famílias. Todavia, após a criação dos seguros sociais, os trabalhadores sob tal situação passaram a receber auxílio pecuniário compulsório para prover sua subsistência nos períodos de perda momentânea ou permanente da capacidade laborativa.

Nesta direção o sistema previdenciário brasileiro começa a se organizar a partir das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) instituídas pela Lei Eloy Chaves em 1923. Esta lei surgiu para tentar conter as greves trabalhistas que se espalhavam por todo o país (FALEIROS, 2009). Nos anos seguintes foi criado um novo tipo de instituição de previdência social, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que mais tarde, em 1966, seriam fundidos ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), (MALLOY, 1986). Os IAPs admitiram novas categorias que até então não eram cobertas pelas CAPs (idem). Contudo, permaneceram as distinções entre os tipos, quantidades e valores dos benefícios (BOSCHETTI, 2008), reforçando os padrões de desigualdade entre as categorias profissionais.

As categorias dos ferroviários, dos metalúrgicos, dos bancários e dos marítimos, tiveram maior destaque e benefícios devido a sua importância econômica para o país e por possuírem melhor organização sindical. Cabe destacar que nem todos os trabalhadores foram “beneficiados” por tal sistema. Os trabalhadores rurais e os domésticos só foram incorporados ao sistema previdenciário na década de setenta, em pleno governo militar.

De tal modo, o sistema de seguro social brasileiro foi paulatinamente implantado, sendo marcado por limitações, desigualdades e forte fragmentação das categorias profissionais. Tal situação veio a se modificar só após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reorganizou as políticas já existentes sob novas bases e princípios (BOSCHETTI, 2003). No que se refere à previdência social, é mantida a lógica do seguro, entretanto, é desvinculada a contribuição compulsória da formalidade do trabalho, ou seja, qualquer pessoa sem carteira assinada pode contribuir para a previdência social.

Durante os anos 90, a política de previdência social não ficou de fora do contexto neoliberal, sendo alvo de diversas reformas como a exemplo das Emendas Constitucionais nº

20 e 40, aprovadas e implementadas, respectivamente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Tais emendas reestruturaram a previdência social.

Enquanto a Proposta da Emenda Constitucional 20 (PEC) recaiu mais sobre os trabalhadores regidos pela CLT (Regime Geral da Previdência Social – RGPS), a PEC 40 teve maior incidência sobre o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), ou seja, sobre o funcionário público.

[Assim a PEC 20] [...] promoveu a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, o estabelecimento do teto máximo dos benefícios, a supressão do cálculo da aposentadoria com base nos últimos 36 salários de contribuição, o fim das aposentadorias especiais, a instituição do regime contributivo para os servidores públicos, além do regime de previdência privada complementar facultativo para os servidores e a criação do fator previdenciário, como norma de transição (MOTA, 2008, p. 138).

No que se refere à Emenda Constitucional nº 40, as principais mudanças realizadas por esta emenda foram a alteração do limite da idade, do teto de aposentadorias e pensões, a instituição da contribuição dos inativos, a alteração das regras de paridade, do tempo de permanência no serviço público (idem) e, por fim – e talvez a mais importante delas – a substituição das aposentadorias integrais pela opção de associar-se a um fundo de previdência complementar. Isto implica dizer que foi estipulado um limite de contribuição e benefício, equivalente ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Os servidores públicos<sup>18</sup> que perceberem valor superior ao estipulado no RGPS terão que contribuir para o Regime de Previdência Complementar caso almejem receber aposentadoria superior ao teto estipulado e semelhante ao valor de seu salário.

É necessário sinalizar que o objetivo dessas reformas promovidas pelos dois governos já citados e, em especial a do governo Lula, era de fortalecer a previdência complementar privada, fonte de financiamento do capital financeiro. Assim, nas palavras de Mota (2008),

[...] a intenção da última reforma aprovada 2003, a da PEC 40, é fazer com que os funcionários públicos financiem a acumulação rentista e os investimentos de “curto prazo” à moda da chamada nova economia, mediante a formação de uma poupança oriunda de parte dos seus salários, que a título de contribuição à previdência complementar passam a constituir uma fonte de recursos e investimentos para o grande capital (p. 150).

---

<sup>18</sup> Tal medida destina-se apenas para os servidores públicos efetivados após a aprovação da Emenda Constitucional n. 40 (MOTA, 2008).

Dessa forma, fica nítido que as reformas desencadeadas a partir da década de 90 não objetivaram ampliar as inovações sociais conquistadas na década de 80. O que se observa a partir de tais medidas é o benefício do grande capital em detrimento dos direitos constitucionais dos cidadãos.

### 3.1.2 Assistência Social

No que concerne à política de assistência social brasileira, Yazbek (2006), revela que com a promulgação da Constituição de 1988, a assistência social passou a ter uma nova roupagem. Inscrita no âmbito da Seguridade Social, ela passa a ser referenciada sob a ótica do direito e da responsabilidade do Estado. Esta afirmação de Yazbek revela a situação histórica de descaso com a assistência social brasileira, que antes da Constituição de 88 era assumida por instituições filantrópicas e benemerentes. No período anterior a 1988, a assistência não tinha caráter de política pública, de direito social, que deveria ser assegurado aos cidadãos.

Assim, ao ser inscrita no âmbito da seguridade social, a assistência social passa a fazer parte do conjunto de políticas de proteção social direcionadas ao direito e à equidade social (YAZBEK 2006). Depois de introduzida no âmbito do direito social, ela passa a ser uma ação obrigatória do Estado, que deverá assegurá-la a quem dela necessitar, independente de contribuição. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo primeiro, versa que “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas” (p.06).

Neste novo marco institucional a assistência social passa de não política, ação assistencialista, à política social pública, direito social. Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), diz que: “a inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (p.31).

Desse modo, a assistência social brasileira foi sendo redesenhada na esfera da proteção social, tentando deixar no passado as típicas ações de ajuda, caridade e benemerência. Contudo, este desafio vem se mostrando ser uma tarefa de difícil realização, já que no Brasil persistem ideias preconceituosas de que a assistência social é política meramente destinada aos miseráveis. Esta forma arcaica de pensar suscita ações paternalistas e clientelistas até os

dias atuais. Sobre esta afirmação, Yazbek (2006), destaca que as práticas passadas de assistencialismo e filantropia ainda hoje atrapalham o desenvolvimento das ações assistenciais como um direito de cidadania. Ela ainda ressalta que superar as práticas clientelistas e de primeiro damismo é um importante desafio que a assistência social brasileira ainda tem pela frente.

Quanto ao seu público, há a necessidade de se esclarecer que historicamente foi difundo que a assistência social era destinada aos pobres, ou seja, aos indivíduos que não conseguiam, por um problema moral, se manter socialmente. Desse modo, não conseguimos mais refletir sobre a verdadeira realidade destes sujeitos, ou seja, que estas pessoas antes de se tornarem indivíduos excluídos do processo de sociabilidade, são cidadãos detentores de direitos, direitos estes constantemente violados, seja pelos governos ou pelos próprios cidadãos. É importante salientar que estas pessoas não se encontram em tal situação por opção própria, mas sim por um sistema produtivo altamente excludente, que já não prevê a incorporação de toda a sociedade na linha de produção e reprodução (SILVA, 1998).

Pior ainda é se acostumar com esta realidade e acreditar na sua normalidade. Nesse contexto, a assistência social não é considerada um direito de cidadania, mas um *antidireito*, que estigmatiza e humilha quem dela precisa (PEREIRA, 2002, p. 02).

A assistência social é destinada a quem dela necessitar, contudo os constantes desvios dos recursos da seguridade social (SALVADOR & BOSCHETTI, 2006) faz com que a assistência seja, a cada dia, mais restrita e seletiva a um público extremamente marginalizado. Dentre os pobres, os mais pobres, dentre os necessitados, os mais necessitados.

[Impera o] cultivo do *estigma*, mediante a imposição constrangedora e punitiva do critério da menor elegibilidade; dos testes de meios (ou comprovações vexatórias de pobreza); e da *fraudemania*, de acordo com a qual todo pobre, em vez de ser tratado como um cidadão que se habilita a fazer uso de um direito que lhe é devido sem condições, é visto como um suspeito de fraudar o sistema de proteção social pública. Impera, portanto, nessa modalidade de prática assistencial, a *suspeição*, em lugar da *empatia*, na relação entre as Instituições de assistência social e seus destinatários (PEREIRA, 2002, p.14-15).

Nicomedes (2007), revela em uma simplória frase, a situação de milhares de pessoas que vivem nas ruas, na periferia, nas encostas dos morros, enfim, descreve a situação de muitos que se encontram marginalizados. Destarte, ele diz que: “O morador de rua é fruto da falha de todas as políticas públicas, uma pessoa chega às ruas quando tudo falhou” (idem, p.14).

Nesse sentido, Yazbek (2006) revela que apenas a assistência social não conseguirá reverter o atual quadro de miséria que se encontra o Brasil, para isso, faz-se necessário uma ação conjunta com outras políticas públicas, a saber, as políticas econômicas, que visem à oferta de empregos e a redistribuição da renda socialmente produzida. Nicomedes (2007) também destaca a importância da articulação de outras políticas como as de habitação, emprego, saúde, segurança pública, educação, cultura e outras, para que a assistência não se sobrecarregue, realizando ações ínfimas que não respondem com efetividade as demandas da realidade.

[...] Por um lado os avanços, constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro a inserção do estado na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais (YAZBEK, 2006, p. 23-24).

Infelizmente esta não é uma realidade que atinge apenas a assistência social, mas todo o conjunto da política social pública brasileira. As conquistas sociais da Constituição Federal de 1988 foram duramente “perseguidas” nos anos seguintes à sua promulgação, de forma mais intensa a partir da segunda metade da década de 90 do governo Fernando Henrique Cardoso e do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

### 3.1.3 Saúde

No que tange às lutas históricas travadas em nome da saúde pública e universal no Brasil, estas datam a década de 70, do século XX, com o início do Movimento Sanitarista. A assistência médica no Brasil, até o final da década de 80, era ofertada apenas aos trabalhadores urbanos e seus familiares inscritos no Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs) mediante contribuição compulsória. Aos pobres, desempregados e trabalhadores rurais restava a assistência médica ofertada pelas instituições religiosas e filantrópicas (MALFITANO; LOPES, 2003). Cabe destacar que até aquele período, a saúde não era considerada um direito social, que deveria ser assegurado a todos os cidadãos pelo Estado.

Segundo Mercadante et al (2002) as ações em saúde que eram desenvolvidas pelos IAPs eram fragmentadas e desiguais. A oferta de serviços era limitada e variava de IAPs, pois

inexistiam regras comuns de funcionamento técnico e administrativo. Assim, cada órgão instituiu suas próprias regras.

Mercadante et al (2002) ainda ressalta que apesar do crescimento do número de segurados no ano de 1960, apenas 7, 3% da população brasileira estava assegurada, podendo usufruir de seguro previdenciário e da assistência médica. Este dado leva este estudo a inferir que cerca de 92% da população encontrava-se desassistida em ações de saúde, ficando subordinada aos serviços filantrópicos ou religiosos.

Este mesmo autor destaca que no período de 1966-1976, houve algumas mudanças significativas no que tange à saúde e à previdência social brasileira. Neste sentido, ele ressalta que os trabalhadores rurais, até então excluídos desse sistema, foram incorporados na previdência social. No que se refere à saúde, a disponibilidade de serviços médicos para essa categoria ficaria condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários, visto que a contribuição dos rurais era distinta dos urbanos, ou seja, eles não contribuía com a previdência social. As suas contribuições vinham da tributação da comercialização dos produtos rurais e do repasse das contribuições dos empregados urbanos. Desse modo, os serviços de saúde seriam gratuitos ou parciais, a depender da renda do trabalhador rural.

Como pode ser observado, neste período havia certa preocupação com a saúde dos operários em virtude do crescimento industrial e econômico do país, contudo, as ações de saúde não vislumbravam ações de promoção e proteção extensiva à toda população, principalmente a rural excluída das ações em saúde até a década de 70, quando finalmente é incorporada a previdência social.

É necessário salientar que a primeira mudança expressiva no âmbito da saúde ocorreu com a criação do Plano de Pronta Ação (PPA). Este plano “[...] rompeu a lógica de vinculação do direito de assistência médica à condição de contribuinte da previdência” (MERCADANTE et al, 2002, p. 242). O PPA institui a determinação do atendimento dos casos de emergência independente de contribuição previdenciária, contudo, há que se destacar que tal medida estava intimamente ligada à grande incidência de denúncias na mídia de omissão de socorro. Pela primeira vez, após a extinção do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU)<sup>19</sup>, é admitido a utilização de verbas da previdência para custear atendimento em saúde de caráter universal.

---

<sup>19</sup> “Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) foi criado em 1949 no então governo de Getúlio Vargas. Este sistema traz importante inovação no que se refere ao atendimento médico domiciliar via setor público; financiamento consorciado entre todos os institutos (IPAS) e principalmente o atendimento universal nos casos de emergência” (MERCADANTE et al, 2002, p.237).



No final dos anos 70, emerge no cenário nacional o movimento pela Reforma Sanitária. O contexto desta manifestação é de crise econômica e de reabertura democrática, ou seja, transição do governo militar para a democracia. A crise econômica agravou os problemas de saúde, uma vez que a população teve a qualidade de vida agravada. A crise repercutiu negativamente também no setor de contribuições sociais, ocasionando a diminuição dos gastos com saúde (MERCADANTE et al, 2002).

O movimento pela Reforma Sanitária tinha como principais pontos de pauta:

[...] 1) a melhoria das condições de saúde da população; 2) o reconhecimento da saúde como direito social universal; 3) a responsabilidade estatal na provisão das condições de acesso a esse direito; 4) a reorientação do modelo de atenção, sob a égide dos princípios da integralidade da atenção e da equidade; 5) a reorganização do sistema com a descentralização da responsabilidade pela provisão de ações e serviços” (MERCADANTE et al, 2002, p.246).

Estas reivindicações foram legitimadas durante a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) que contou com a presença ampla dos profissionais da saúde e dos usuários. A culminância deste contexto histórico e político foi a criação e a instituição da Constituição Federal de 1988 e do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como um direito de cidadania e institui os princípios e diretrizes do novo sistema de saúde, contemplando as demandas do movimento pela Reforma Sanitária. O texto constitucional destaca a universalidade, a equidade e a integralidade da assistência em saúde. Assim, as intervenções hegemônicas de assistência médico-hospitalar cedem lugar às ações de vigilância à saúde (MERCADANTE et al, 2002).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde brasileira passa a viver uma nova fase fundamentada na universalização, extinguido as discriminações entre segurado, não segurado e rural, urbano, prevê ainda a participação popular na tomada de decisão via conselho, estabelece linhas e critérios de financiamento e a descentralização estatal, atribuindo poder aos entes estaduais e municipais. Enfim, o Estado passa a ser o principal provedor da saúde brasileira, cabendo a ele fiscalizar, regulamentar/normatizar e controlar a saúde.

No início da década de 90, apesar do contexto econômico<sup>20</sup> diverso do contexto social (de conquistas de direitos de cidadania) o SUS foi aos poucos sendo implementado. Todavia,

---

<sup>20</sup> Durante a década de 90 do século XX é implantado no Brasil o modelo econômico neoliberal, fundamentado na contenção de gastos sociais em nome dos ajustes fiscais. O neoliberalismo no Brasil

durante o governo Collor de Melo ocorreram tentativas de impedir a sua implantação, entretanto, o mesmo não teve grande êxito.

A aprovação das leis que regem a saúde sofreram diversos vetos no período do governo Collor, a saber, a lei 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, sofreu vetos principalmente no que tange a participação popular, e a forma de financiamento do SUS. Contudo, alguns desses vetos foram recuperados em parte na lei 8.142/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Dessa forma, a implementação da saúde durante o governo Collor de Melo foi extremamente conturbado, especialmente no que se refere ao financiamento, à descentralização e a participação social no SUS.

No governo de Itamar Franco, apesar do contexto de conturbação política e crise econômica, o SUS consegue avançar na consolidação de suas bases, como a exemplo da criação e edição da Norma Operacional Básica 01/93 (NOB 93) que define os critérios de financiamento das ações de saúde nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), parâmetros para descentralização do sistema de saúde e as responsabilidades de cada esfera de governo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Nos anos seguintes, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o SUS segue sendo implementado apesar do então presidente reatualizar as propostas neoliberais iniciadas no governo Collor.

A dinâmica de consolidação do SUS seguiu um “caminho de Estado” e não de governo, pois já se havia tornado uma política institucional da República, independente do governo, embora, assim mesmo, pudesse correr riscos de redução ou extinção na correlação de forças com os segmentos defensores da ótica capitalista e neoliberal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 165).

Todavia, há que se advertir que a saúde não fugiu à regra da focalização e precarização dos serviços, desencadeados pela política econômica neoliberal. Apesar do avanço do texto constitucional de 1988 no âmbito da saúde, o projeto SUS vem sofrendo baixas significativas em decorrência da sua vinculação ao mercado.

---

realizou privatizações e terceirização dos serviços estatais e a desregulamentação e desresponsabilização do estado.

Algumas questões comprometeram a possibilidade de avanço do SUS como política social, cabendo destacar: o desrespeito ao princípio da equidade na alocação dos recursos públicos pela não unificação dos orçamentos federal, estaduais e municipais; afastamento do princípio da integralidade ou seja, indissolubilidade entre prevenção e atenção curativa havendo prioridade para a assistência médico – hospitalar em detrimento das ações de promoção e proteção da saúde[...] (BRAVO, 200?, p. 14)<sup>21</sup>.

Neste sentido o projeto neoliberal tem por objetivo conter gastos com a racionalização da oferta de serviços e a descentralização com o fim da desobrigação do poder central. Busca-se ofertar serviços mínimos para os indivíduos que não podem responder ao seu próprio bem estar, deixando os demais cidadãos que têm acesso ao mercado ao encargo do serviço privado (idem).

Bravo (200?)<sup>22</sup> ainda ressalta que o governo de Lula da Silva manteve a prioridade do projeto neoliberal em detrimento da expansão dos direitos sociais. No que se refere à saúde, houve a focalização, a precarização e terceirização dos recursos humanos em detrimento da universalização da saúde, como a exemplo do aumento do Programa de Saúde da Família (PSF), farmácias populares e equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Vale destacar que estes programas deveriam atuar na perspectiva de promover atenção básica em saúde para toda a população de acordo com os princípios de universalidade do SUS.

Assim, com esta breve exposição sobre a saúde brasileira, pode-se deduzir que após anos de luta para sua inclusão no âmbito do direito social, o SUS teve significativo avanço quando comparado às antigas ações em saúde, contudo ainda permanecem desafios como a universalização das ações e o financiamento efetivo (BRAVO, 200?)<sup>23</sup>.

Cabe destacar ainda que esta realidade infelizmente não é apenas da política de saúde, mas de todo o conjunto de política pública social brasileira, que ao longo dos anos foi desestruturada de seu projeto original pelos governos de vertente neoliberal. A principal consequência desta infeliz realidade é a precarização dos serviços e, simultaneamente, a dificuldade no acesso às políticas sociais por parte da população alijada de seus direitos de cidadania.

---

<sup>21</sup> Não existe ano específico de publicação.

<sup>22</sup> (idem).

<sup>23</sup> (idem).

### 3.2 A Proteção Social como Mecanismo de Conservação Ambiental

Como já exposto, a proteção social surge para assegurar condições básicas de sobrevivência aos indivíduos, oferecendo-lhes acesso a serviços e programas que assegurem sua vivência na sociedade. Neste sentido, quando se relaciona proteção social e conservação ambiental a reflexão feita vai na direção de que quando as populações acessam às políticas sociais de forma precarizada não terão condições objetivas para se manterem dignamente e, assim, são levadas pela necessidade de sobrevivência, a degradar depredar o meio ambiente, ainda que involuntariamente. No que se refere às populações tradicionais, estes impactos podem ser ainda maiores, uma vez que estas populações estão em verdadeiro regime de simbiose com a natureza e a carência de infraestrutura pode afetar negativamente este relacionamento.

Como já mencionado no subcapítulo anterior “gênese e desenvolvimento da proteção social” o “ressurgimento” do pensamento liberal acarreta a interferência mínima do Estado na sociedade. Suas ações passam a assumir um caráter focalista e descontínuo, ou seja, políticas sociais residuais, que não conseguem responder satisfatoriamente aos problemas sociais.

Neste contexto, o resultado das políticas sociais mínimas, é o aumento da pobreza e da favelização da população. No que diz respeito às comunidades tradicionais, estas não fogem ao destino da grande maioria da população que tem dificuldade de acesso às políticas sociais. Sem acesso a políticas satisfatórias de assistência, previdência e saúde, não terão alternativa senão agredirem involuntariamente o meio ambiente para sobreviverem, seja no desrespeito ao período de reprodução dos animais aquáticos e terrestres, ou na derrubada da mata para a venda da lenha. Outro agravante refere-se à ausência de saneamento básico. Em muitos casos, os esgotos de dejetos humanos são depositados à céu aberto, provocando a contaminação da área e da população ao redor, ou são lançados nos rios poluindo o meio aquático.

Portanto, sem uma política social bem estruturada, que ofereça subsídios para os povos tradicionais sobreviverem em “equilíbrio” com a natureza, os mesmos serão levados pela necessidade de sobreviverem a agredirem a natureza, mesmo que involuntariamente. Em casos extremos, migrarão para as zonas periféricas das cidades, ajudando a engrossar a grande massa de marginalizados urbanos.

Neste sentido, Diegues (2002) afirma que o destino mais certo das comunidades tradicionais que são afetadas por empreendimentos imobiliários, criação de áreas ecológicas, introdução de pesca mecânica ou expansão de grandes monoculturas é a favela das cidades mais próximas. Tal afirmação leva este estudo a correlacionar esta realidade descrita por este

autor à realidade de acesso precarizado às políticas sociais dos povos e comunidades tradicionais. Na ausência de condições dignas de sobrevivência estas populações tenderão a agredir o meio ambiente ou a migrar para as periferias das cidades. Essa situação é duplamente negativa, visto que crescerão os bolsões de miséria, agravando a situação de indigência das zonas urbanas, assim como a sociedade perderá imensamente no que se refere às áreas naturais conservadas.

Esta reflexão leva este estudo a conclusão de que o problema do inchaço das cidades pode ser amenizado quando realizados investimentos em políticas públicas locais que subsidiem a permanência das pessoas no seu local de origem. O mesmo pode ser dito no caso das populações tradicionais, que quando expropriadas de seus direitos, partem em busca de melhores condições de sobrevivência nas cidades, contudo seu destino são, majoritariamente as periferias.

### **3.3 Sobre o Acesso às Políticas Sociais**

Quando reportado a discussão sobre o acesso as políticas públicas sociais ou a sua efetivação, vem à mente dos cidadãos brasileiros as imensas filas de espera do SUS, a focalização dos serviços da assistência e a desproteção previdenciária ocasionada pela desvinculação ao mercado de trabalho formal ou a simples ausência de renda para contribuir como autônomo. Esperava-se que tal realidade de “descaso” com proteção social fosse modificada com a promulgação da Carta Magna de 1988, que institui a oferta de políticas sociais como obrigação do Estado. Contudo, “[...] apesar de seu avanço constitucional, a seguridade social não é capaz de assegurar proteção social aos pobres excluídos do acesso ao trabalho e ao emprego, e sua forma de organização é injusta, provocadora de desigualdades sociais [...]” (BOSCHETTI, 2004, p. 116).

Tal afirmação de Boschetti (2004) torna-se procedente quando analisados os princípios e as orientações que regem a seguridade social, a começar pela sua orientação bismarckiana e beveridgiana<sup>24</sup>. O modelo bismarckiano norteou e ainda orienta a previdência social, enquanto

---

<sup>24</sup> O modelo bismarckiano surgiu no final do século XIX, na Alemanha, com o objetivo de assegurar renda ao trabalhador contribuinte em momento de risco social provocado pela perda do trabalho. A liberação do benefício ocorre mediante contribuição previa, sendo que o valor do benefício será proporcional à contribuição efetuada. Já o modelo beveridgiano é originado na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial e tem como principal fundamento o combate a pobreza através da

que o modelo beverdigaino estrutura as políticas de saúde (universal) e a de assistência social, (ainda que esta seja para um público seletivo, dispensa contribuição prévia para acessá-la). Este caráter misto da seguridade social brasileira fez Boschetti (2004) caracterizá-la como um sistema de proteção social híbrido.

Quanto aos seus princípios, essa mesma autora destaca que os princípios de universalidade na cobertura e no atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, seletividade e distributividade dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e o caráter democrático e descentralizador da gestão administrativa, referendado na Constituição de 1988, artigo 94, “[...] se aplicam de forma diferenciada a cada uma das políticas que compõem a seguridade social e não instituíram um sistema homogêneo, integrado e articulado” (idem, p. 114).

A não-instituição de uma “sociedade salarial” no Brasil faz com que aproximadamente metade da população economicamente ativa permaneça fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantia de acesso aos direitos sociais decorrentes do trabalho, tais como salário estável e regular, seguro-desemprego e seguro acidente de trabalho, e também daqueles da seguridade social condicionados a um emprego ou a uma contribuição como autônomos, tais como aposentadorias e pensões, décimo terceiro salário, salário família e auxílio saúde. [...] Isto significa que em cada cem trabalhadores ativos no setor privado, aproximadamente 58 não contribuem e, portanto, não têm e não terão acesso aos direitos previdenciários e outros citados acima (BOSCHETTI, 2004, p. 114).

Dessa forma, pode-se deduzir que apesar do Brasil possuir uma política de proteção social institucionalizada desde 1988, tem dificuldade de assegurar proteção social para toda a sua população, haja vista que algumas de suas políticas estão fundamentadas no contrato de trabalho (previdência - seguro - e assistência ainda que isenta de contribuição prévia é destinada à um público limitado - seletiva). Isto implica dizer ainda, que dos 40,6 milhões de brasileiros que não contribuíram para a seguridade social em 2002 (BOSCHETTI, 2004), nem todos terão acesso à assistência social por não preencherem os pré-requisitos desta política. Logo, para uma sociedade com altos níveis de desemprego e discrepante distribuição de renda torna-se “quase impossível” implementar um sistema de proteção social fundamentado no assalariamento da sociedade.

---

universalização dos direitos sociais. Logo, era garantido mínimos sociais a toda população que necessitasse. Seu financiamento é proveniente do orçamento fiscal e sua gestão é estatal (BOSCHETTI & SALVADOR, 2006).

Segundo Boschetti (2004) a maioria dos não contribuintes da previdência social é de baixa renda. Entre os 40,6 milhões que não contribuíram com a Seguridade Social em 2002, 20,4 milhões (50,12%) não possuía renda ou recebia abaixo de um salário mínimo. Destes 40,6 milhões de trabalhadores ocupados que não contribuíram, três grupos estão impossibilitados de contribuir para a seguridade social. Seja pela insuficiência de renda, seja pela idade aquém para o trabalho, (entre dez e dezesseis anos) mesmo sendo considerada população economicamente ativa ou pela idade “avançada”, pessoas com mais de sessenta anos que raramente poderão vir a contribuir em decorrência da dificuldade de preencher os critérios de elegibilidade como carência e tempo mínimo de contribuição. Estes três grupos se não absorvidos por programas assistências urbanos ou rurais estarão decisivamente sem proteção social alguma, haja vista que estão impossibilitados de assegurar a própria subsistência pela via do trabalho e não têm direitos previdenciários de substituição de renda<sup>25</sup>.

Estes dados são expressões da dramática situação de exclusão do acesso aos direitos previdenciários e assistenciais imposta pelo modelo de seguridade social instituída pela Constituição de 1988 e pela estrutura econômica social que reproduz e concentra riqueza, ao mesmo tempo em que exclui os trabalhadores pobres de seu acesso e os confina a relações de trabalho precárias, incertas, eventuais, de baixo rendimento e não garantidoras de direito [...] (BOSCHETTI, 2004, p. 116).

Cabe destacar que com exceção da saúde, que é de caráter universal, a previdência manteve seu critério contributivo e a assistência com os critérios de elegibilidade de renda, não contempla toda a população “necessitada”. Destarte, apesar de existir certo nível de proteção social no Brasil, a mesma tem se demonstrado ínfima, quando analisados os altos índices de desproteção previdenciária da população que não consegue se inserir no mercado de trabalho formal e que não preenche os pré-requisitos da assistência social.

Assim, em meio à era neoliberal presencia-se o desmonte das políticas públicas sociais em nome da manutenção de um *superávit* primário<sup>26</sup>, que conduz ao “desvio” de verbas do

---

<sup>25</sup> Cabe aqui ressaltar que apesar dos dados trabalhados pela autora terem sido publicados em 2004, ainda é atual e esta é a realidade imperante no país.

<sup>26</sup> “O resultado primário é a diferença, podendo ser positiva ou negativa, entre as receitas não-financeiras arrecadadas no exercício fiscal e as despesas não-financeiras, arrecadadas no mesmo período. As receitas não-financeiras incluem, principalmente, os tributos, as contribuições sociais e econômicas, as receitas diretamente arrecadadas por órgão e entidades da administração indireta, as receitas patrimoniais, etc. as despesas não financeiras referem-se ao conjunto de gastos com pessoal, previdência, políticas sociais, manutenção da máquina administrativa e investimentos. Se a diferença for positiva, ocorre um *superávit* primário; se negativa haverá um *déficit* primário. Portanto, no lado das receitas estão excluídas as receitas de juros; no lado das despesas, não são computados os encargos da dívida pública” (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 26).

setor social para a manutenção da política fiscal do país (BOSCHETTI, 2004; BOCHETTI & SALVADOR, 2006). O resultado de tal medida é a focalização e a precarização dos serviços sociais.

Atualmente parte dos programas da assistência social mantêm e intensificam suas ações em determinados contingentes da população, com a justificativa de acabar com a pobreza extrema no Brasil, contudo, se “esquecem” dos demais pobres deste país, que não integram no momento o público alvo destas políticas, mas, que poderão num curto espaço de tempo, se tornar “cidadão” em situação de extrema pobreza, em virtude do seu limitado acesso às políticas sociais.

[...] A despeito da importância dos programas de transferência de renda, sobretudo como complemento de uma política social inclusiva, é necessário reforçar a centralidade dos programas universais e da manutenção e execução das políticas inclusivas no âmbito da saúde, da previdência, da assistência, do trabalho, da Reforma Agrária, entre outras. Isto significa dizer, do ponto de vista do financiamento, que a política social no Brasil deve ser contemplada com volumes de recursos substancialmente superiores aos atuais para que direitos sejam preservados e estendidos aos segmentos ainda não incorporados [...] (DELGADO & THEODORO, 2003, p. 123).

Desse modo, cabe nesta discussão a indagação de como seria o acesso às políticas sociais daqueles que residem na zona rural, como a exemplo das comunidades tradicionais, que habitam a dezenas de quilômetros dos centros urbanos, se para os que moram na zona urbana tal façanha é eminentemente difícil? A resolução para este questionamento não requer um demasiado tempo de reflexão e aprofundada resolução, visto que a desvalorização do “elemento” rural ainda permanece forte e latente na sociedade atual, marcada profundamente pela desigualdade e pelo preconceito.

Neste sentido quanto mais distante dos grandes centros urbanos menor é a importância econômica e cultural destinada à determinada região, seja ela rural ou urbana. Óbvio que numa comparação mais eloquente entre estas duas categorias (rural e urbano), o rural leva maior desvantagem em relação ao urbano. Tal afirmação pode ser ratificada no Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE<sup>27</sup>) que revela que 16,2 milhões de pessoas no Brasil se encontram em situação de extrema pobreza. Deste total, 59% está localizado na região Nordeste, e da população residente no campo um em cada quatro se encontram em extrema pobreza.

---

<sup>27</sup> Dados coletados a partir do Programa Brasil Sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).



Assim, pode-se inferir que parte significativa da população do campo, tanto quanto a urbana, encontra-se marginalizada, com dificuldade para acessar serviços básicos que assegure condições básicas de sobrevivência e que influenciam no relacionamento do homem do campo com a natureza.

#### **4 A POPULAÇÃO RIBEIRINHA DA COMUNIDADE DO PILAR E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

O capítulo em destaque apresenta os dados e a análise da pesquisa de campo realizada na comunidade ribeirinha do Pilar, em São Félix. Inicialmente é exposta a origem deste local, relacionando seu surgimento à literatura, que versa sobre a origem das populações tradicionais no Brasil e aos dados coletados em campo. Logo após, é traçado e analisado o perfil socioeconômico do referido povoado. Posteriormente, é interpretada a representação do Rio Paraguaçu para os pescadores e marisqueiras do Pilar, para em seguida, discutir a interferência das políticas sociais no modo de vida tradicional. São destacados ainda os impactos ambientais sofridos por esta comunidade após a implantação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo e a poluição do rio desencadeada pelo lançamento de esgotos domésticos das cidades de Cachoeira e São Félix. O capítulo é finalizado expondo os traços tradicionais dos ribeirinhos do Pilar, destacando suas ações com características sustentáveis.

##### **4.1 A Comunidade do Pilar**

Antes da análise do perfil da população pesquisada, cabe aqui expor a origem do Pilar. Nesse sentido, a partir das discussões apresentadas por Arruda (1999), sobre a gênese dos povos tradicionais no Brasil estarem ligadas ao processo de colonização e aos ciclos de produtos valiosos, é possível dizer que o Pilar também teve sua origem no período de exploração de mercadorias valiosas, a saber, a plantação de cana - de - açúcar e do fumo.

Esta comunidade hoje habitada por pescadores, marisqueiras e agricultores, por volta do século XVI era um engenho de cana - de - açúcar denominado Engenho Pilar. Schwart (1988) revela que no século XVI a Bahia se tornou a segunda maior região açucareira do Brasil. Após anos de intensa produção, o referido engenho entrou em declínio e iniciou-se um novo ciclo econômico com o cultivo do fumo. “[...] Os solos mais arenosos e situados em

terrenos mais elevados de Cachoeira, no Paraguaçu, tornaram-se o centro da agricultura do fumo [...]” (SCHWARTZ, 1988, p. 83)<sup>28</sup>. Passado o século XVII, auge da produção do fumo a propriedade privada foi abandonada durante décadas, dando à população ali residente (arrendados), direitos sobre a terra por usucapião<sup>29</sup>.

Assim, depois do declínio das mercadorias valiosas, os proprietários da fazenda Pilar foram embora deixando ali a população nativa (arrendados), que permaneceu na região plantando e produzindo. Decorridos várias décadas os “donos” da propriedade do Pilar retornaram e tentaram expulsar a população nativa ali residente. Contudo, não obtiveram êxito graças a mobilização social das famílias, que juntas fundaram o Sindicato Rural de São Félix e reivindicaram seus direitos sobre a terra.

Em se tratando da história oficial, autores como Schwartz (1988, p.94) revela que “[...] falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, de açúcar e escravos”. Esta afirmação demonstra a importância econômica da região do Recôncavo para o estado da Bahia, que desde o século XVI plantava cana - de - açúcar e produzia o açúcar. Este mesmo autor ainda destaca que “[...] durante toda sua existência, Salvador tem-se ligado à sua hinterlândia, dependendo do Recôncavo para obter alimentos e combustível e servindo de porto de exportação de açúcar, fumo e couro [...]” (idem, p. 79).

Apesar da região do Recôncavo ser bastante conhecida pela grande produção de açúcar, esta cultura não foi predominante no município de Cachoeira, que naquela época ocupava a condição de vila. Apesar de existirem engenhos no município de Cachoeira e nas redondezas, Schwartz (1988) diz que a cultura do fumo encontrou terras férteis<sup>30</sup> para se desenvolver nos campos ao redor do rio Paraguaçu e Jacuípe. Esta região fumageira produziu aproximadamente 240 toneladas de fumo no início de século XVII, colocando o estado da Bahia como importante produtor de fumo.

Cabe ainda ressaltar que o desenvolvimento dos municípios de Cachoeira e mais tarde de São Félix foi auxiliado pela sua localização às margens do rio Paraguaçu, o que facilitava o escoamento da produção. Naquela época dos engenhos de açúcar e do fumo o principal meio de transporte era o fluvial, e o rio Paraguaçu era propício para a navegação de pequenas embarcações devido a sua proximidade à Baía de Todos os Santos.

<sup>28</sup> São Félix permaneceu sob o jugo de Cachoeira até o século XIX quando foi elevada a condição de vila.

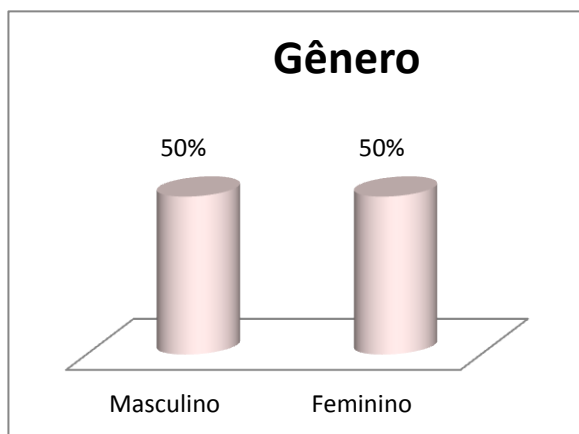
<sup>29</sup> Usucapião é uma ação judicial que dá direitos sobre a terra ao arrendado, quando este produz na terra por cinco anos ininterruptos (Lei nº 6.969/1981)

<sup>30</sup> O terreno arenoso desta região quando acrescido de esterco de gado mostrou-se propício para o cultivo do fumo (SCHWARTZ, 1988).

No que se refere ao município de São Félix, o mesmo foi elevado à condição de vila em 1889. Com a independência de Cachoeira, São Félix passou a ser mencionado como local de importância econômica para o Estado, devido à sua produção de fumo e por sua condição de último ponto navegável do Rio Paraguaçu, o que facilitava a escoação e circulação das mercadorias das províncias circo vizinhas.

#### 4.1.1 O perfil socioeconômico da comunidade do Pilar

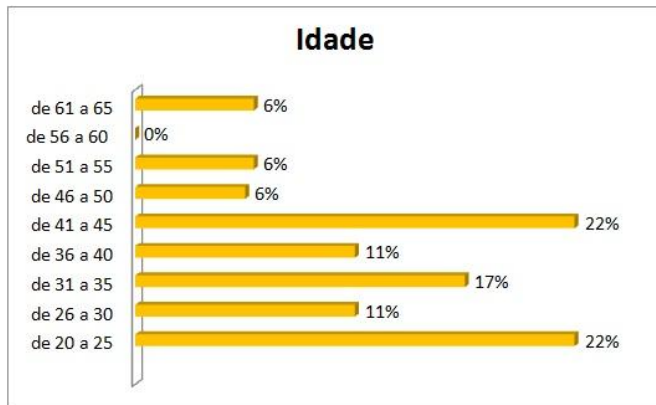
O lugar escolhido para a realização do estudo de campo está localizado no baixo Paraguaçu, às margens do referido rio, próximo à sua foz, na Baía de Todos os Santos. A Comunidade do Pilar possui aproximadamente 1.145 habitantes<sup>31</sup>, sendo 574 homens e 571 mulheres. Destes 1.145 habitantes, 92 são marisqueiras e pescadores que sobrevivem diretamente dos produtos do rio, ou seja, da pesca.



**Gráfico 3.1:** Caracterização dos entrevistados com relação ao gênero  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Como pode ser observado no gráfico 3.1, a amostra adquirida neste estudo é composta por 50% de homens e 50% de mulheres, apesar do gênero masculino predominar na referida comunidade. Esta informação revela que as mulheres cada vez mais estão se inserindo no mercado de trabalho dentre outros motivos para auxiliar na renda da casa. No contexto específico da comunidade ribeirinha do Pilar, este acontecimento está ligado em certa medida a pequena renda das famílias dessa localidade. As mulheres começaram a mariscar e se tornam coparticipantes na renda familiar, “ajudando” nas despesas da casa.

<sup>31</sup> Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Félix.

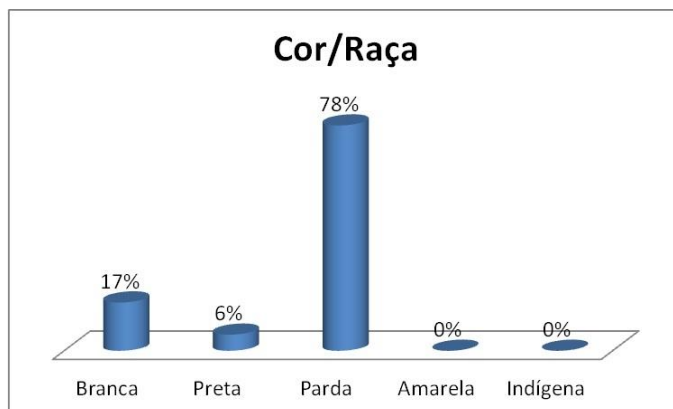


**Gráfico 3.2:** Caracterização dos entrevistados com relação à idade

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Quando analisado o gráfico 3.2 sobre a idade dos entrevistados, percebe-se que a maioria da população possui idade entre 20 e 45 anos, ou seja, 83%. Este dado demonstra que a população da Comunidade do Pilar é constituída eminentemente por jovens e adultos, existindo poucos idosos, apenas 6%. Esta informação está de acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Saúde do município de São Félix que revela que apenas 9% das população ali residente possui idade igual ou superior a 60 anos.

Fator determinante na expectativa de vida da população de determinada sociedade são as condições de vida como saneamento básico, assistência médica, alimentação e outros. Neste sentido, como pode ser observado nos dados apresentados ao longo do capítulo, a população ribeirinha da comunidade do Pilar possui precárias condições de vida, fato que inevitavelmente influencia na longevidade desta população.



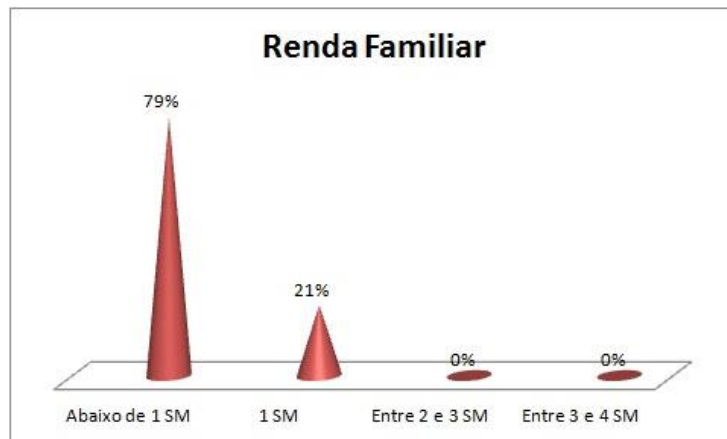
**Gráfico 3.3:** Caracterização dos entrevistados com relação à cor/raça

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

No que se refere a autodefinição sobre cor ou raça, 78% dos entrevistados se autodeclararam pardos, 17% brancos e 6% pretos. Este dado leva inevitavelmente a sua correlação com os dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011, quando foi lançado o Programa Brasil Sem Miséria. Segundo os dados do Plano Brasil Sem Miséria 71% das pessoas que se encontram em extrema pobreza<sup>32</sup> são pretos e pardos. Esta situação é reveladora da exclusão imposta ao longo dos anos a grande maioria das pessoas negras e pardas. Neste sentido Yazbek (2012) revela que o gênero, a etnia, a procedência e outros elementos são reinteradoras da desigualdade social. Apesar da ampliação do aparato jurídico ao longo dos anos, ainda permanece o alarmante quadro de discriminação e exclusão de determinadas categorias populacionais, como a exemplo das mulheres, dos negros e dos pardos.

Yazbek (2012) relata que os pobres possuem um lugar definido na sociedade, fruto das desigualdades produzidas e reproduzidas pelas relações sociais (econômica, política, cultural e social). Este lugar denota “qualidades negativas” e indesejáveis, onde os pobres são desqualificados por suas crenças, comportamentos sociais e pelo modo de se expressar. A sociedade até então, não conseguiu reparar anos de discriminação e exclusão do elemento negro, grande maioria entre a população excluída.

<sup>32</sup> A linha da extrema pobreza no Brasil refere-se ao valor da renda familiar per capita de até R\$ 70,00 ao mês. Este valor está acima do adotado pelos objetivos do Milênio/PNUD (US\$ 1,25). Dados obtidos a partir do programa Brasil Sem Miséria do MDS (2011).



**Gráfico 3.4:** Caracterização dos entrevistados com relação à renda familiar

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Apesar da definição de pobreza ser multidimensional e estar para além da privação de renda, compondo assim um conjunto de fatores, no Brasil ela decorre, em parte, da profunda desigualdade acarretada pela grande concentração de renda (YAZBEK, 2012). Neste sentido, no quesito renda, 79% dos entrevistados declararam possuir renda inferior a um salário mínimo e apenas 21% afirmaram ter renda familiar de um salário mínimo. Este dado é mais um exemplo da má distribuição de renda do país, enquanto muitos sobrevivem com muito pouco, uma pequena parcela da população vive com parte considerável da riqueza nacional.

Contrariamente aos que sustentam que o Brasil é um “país pobre”, todos os dados econômicos demonstram que este é um país onde a riqueza nacional é suficientemente elevada para garantir condições básicas de vida para todos os cidadãos, mas sua distribuição é de tal forma desigual e injusta, que não só mantém como reforça as situações de pobreza e de desigualdade econômicas e sociais (BOSCHETTI, 2004, p. 113).

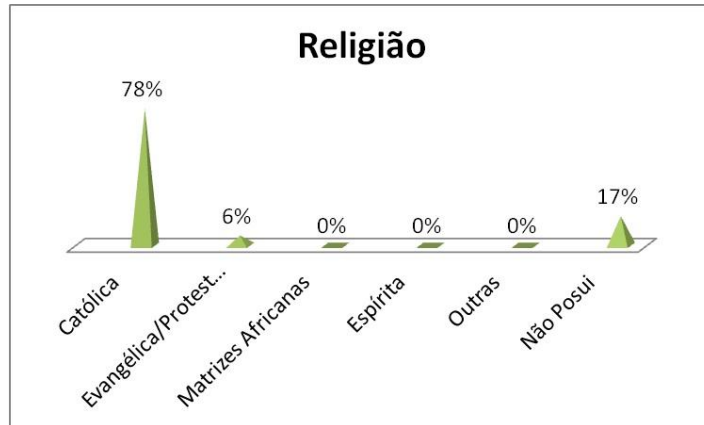
As informações coletadas sobre a renda dos ribeirinhos dessa comunidade demonstram a precariedade das condições de vida deles, que em grande número moram em barracos de taipa. Este quadro é revelador da discrepante realidade brasileira que submete milhares de pessoas a condições indignas de sobrevivência. As moradias insalubres são marcas visíveis da pobreza que a população está subjugada.



**Figura: 3.1:** Casa de um ribeirinho

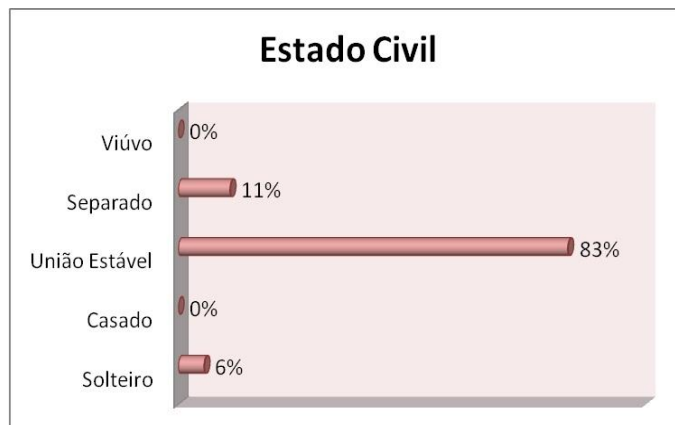
**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

Observa-se a partir desta figura a situação de exclusão dos pescadores e marisqueiras da comunidade do Pilar. Apesar de terem acesso a alguns programas e serviços, os mesmos não têm sido suficientes para que essa população rompa com a condição de exclusão. Cabe destacar que apesar de a indigência estar diminuindo no Brasil, em virtude das políticas sociais atuais, as mesmas não conseguem “amenizar” o grave quadro de desigualdade social brasileira, uma vez que prioriza-se políticas reparadoras em detrimento de políticas inclusivas, ou seja, preventivas.



**Gráfico 3.5:** Caracterização dos entrevistados com relação à religião  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Quando analisados os dados coletados sobre a religião, observou-se que a grande maioria 78%, são católicos, demonstrando afinidade com a pesquisa nacional sobre religião realizada pelo IBGE no último censo em 2010. Merece destaque também os 17% que se declararam sem religião, pelo fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar que cresceu o número de brasileiros que se dizem sem religião. O dado nacional saiu de 7,3% em 2000 para 8% no último censo em 2010.



**Gráfico 3.6:** Caracterização dos entrevistados com relação ao estado civil  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Sobre o estado civil da população entrevistada, 83% vive em regime de união estável. 11% são separados e apenas 6% são solteiros.





**Gráfico 3.7:** Caracterização dos entrevistados com relação à escolaridade

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

No que tange a escolaridade a grande maioria dos entrevistados sabe ler e escrever com dificuldade, sendo que, 44% não completou o ensino fundamental. Destaque também para o percentual de não alfabetizados que alcançou a casa de 28%. Esta informação delata a relação direta entre escolaridade e a pobreza. Geralmente as pessoas classificadas como pobres possuem baixa escolaridade. São pessoas que encontram dificuldades para acessar bens e serviços que lhes assegure condições satisfatórias de sobrevivência. Yazbek (2012) relata que a moradia precária e insalubre, a debilidade da saúde, a ignorância, a alimentação insuficiente, a fome e outros elementos, são sinais que denotam a condição de excluído e o limite da condição de vida dessas pessoas.

A partir dos dados apresentados até aqui é possível inferir que a comunidade de ribeirinhos do Pilar é eminentemente jovem, com poucos recursos financeiros, o que reflete diretamente nas precárias condições de vida e de habitação. Neste contexto tem importância a efetivação de políticas sociais como estratégias para amenizar as desigualdades existentes.

Diante desse cenário, agravado pela crise global de 2008, embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas são “políticas” e podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de “contradesmanche” de uma ordem injusta e desigual [...]. (YAZBEK, 2012, p.317).

Neste âmbito, fica claro a capacidade que as políticas sociais têm de assegurar acesso a bens e serviços de forma equânime entre pobres e ricos.

## **4.2 A Sobrevivência na Comunidade do Pilar, a Representação do Rio Paraguaçu e o Impacto da Barragem e Usina Pedra do Cavalo no Modo de Vida Tradicional dos Ribeirinhos**

A principal fonte de subsistência dos ribeirinhos da comunidade do Pilar provém do Rio Paraguaçu. Nos relatos, os ribeirinhos revelam a grande dependência com os produtos do rio para sobreviverem. Para o pescador Paulo<sup>33</sup>, o Rio Paraguaçu é *“Tudo. [...]. Depende dele pra sobreviver”*. A marisqueira Marta também revela a importância do rio em sua vida: *“[...] Eu gosto porque eu vivo em cima dele pescando. Se não fosse ele a gente não vivia no mundo [...]”*.

Analisando as falas dos ribeirinhos fica nítido o significado que o rio tem na vida de cada um deles. Seus pais dependiam dos “frutos” do rio para viverem e eles também dependem do rio para criarem seus filhos e para “tocar” a vida em frente. A representação do rio Paraguaçu perpassa a relação de dependência econômica, denotando um ente querido que cuida, protege e que dá sentido ao existir como pescador. *“Ah, o rio Paraguaçu é tudo na vida, é pai, mãe. O Paraguaçu é tudo na vida”* (Emanuel, pescador).

---

<sup>33</sup> Cabe destacar que para manter o sigilo dos entrevistados quanto à identificação, foram utilizados nomes fictícios para analisar e interpretar os dados ora apresentados neste trabalho.



**Figura 3.2:** Rio Paraguaçu

**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

Nas lembranças dos ribeirinhos estão as recordações de uma época em que o rio era abundante em peixe. Ocasão em que tinham a certeza que ao saírem para a pesca iriam retornar para casa com o sustento da família. Hoje, porém, após o represamento do rio pela Barragem e Usina Pedra do Cavalo esta situação se modificou. Os ribeirinhos estão encontrando dificuldade para sobreviverem apenas com os produtos do rio. O Sr. Emanuel fala da vida de pescador antes da implantação da barragem:

*Ah, era melhor porque tinha muita fartura! Tinha fartura de tudo, a gente pescava, a gente saía assim, metia uma camboa de pau no meio do rio, quando era as madrugadas que a gente passava a rede dentro enchia uma canoa. Aí vinha fazia as cargas. Aí os pessoal saía pelas portas vendendo pela roça, enquanto um ia pela rua vendendo, outro ia pelas portas. Pronto, aquilo ali era sustentabilidade a muitas coisas, aquilo ali era muito importante, mas sumiu tudo! Depois da Pedra do Cavalo sumiu. Antigamente era melhor! Tinha muito mais marisco, as coisas eram melhores!*

O relato do pescador denuncia a alteração da sua fonte de subsistência por um empreendimento que impactou a sua vida e sua relação com Rio Paraguaçu, conforme pode ser observado no gráfico 3.8. A marisqueira Carla também relembra o passado: “A gente

*“pescava bastante, como agora a gente pesca, mas nunca pescava igual antes. Antes era muito mais. [...] Dava mais dinheiro, a vida era melhor”.*



**Gráfico 3.8:** Interferência da Barragem e Usina Pedra do Cavalo

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.



**Figura 3.3:** Lago da Barragem e Usina Pedra do Cavalo

**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

Nestes relatos ficam nítidas as consequências das ações das sociedades industriais no modo de vida das populações tradicionais. A construção de grandes empreendimentos hidrelétricos tende a beneficiar o grande capital em detrimento da conservação ambiental e da manutenção da região onde habita as comunidades ribeirinhas. Essa lógica mercantilista é

estimulada por uma política econômica brasileira que beneficia o grande capital. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Esta afirmação de Zhouri & Oliveira (2007) está em conformidade com o contexto de inserção da Barragem e Usina Pedra do Cavalo que alterou o fluxo normal do rio Paraguaçu, interferindo na vida das populações ribeirinhas localizadas às suas margens. A comunidade do Pilar viu inúmeras espécies de peixes de água doce que convivem em estuários<sup>34</sup>, tais como pititinga, arapeba, robalo, percal, traíra, pitú e camarão de água doce, diminuírem significativamente depois do represamento das águas do Paraguaçu. Após o represamento do rio as águas ficaram mais salobras (salinizadas) levando as referidas espécies de peixes a deixarem praticamente de existir neste ambiente.

*Olha antes de ter essa barragem aí, nós tinha aqui... Quando dava época de trovoada aí chegava dá enchente, as vez não era enchente grande, era enchorro, aí vinha muito percal, um peixe feito uma cobra, peixe grosso! Que aquilo ali era muito importante para o pessoal, ninguém comprava óleo de comida, porque a banha desse peixe nós fritava enchia os vaso e selvia de óleo pra qualquer fritura. Esse peixe tinha muito antes da barragem. Muito mesmo! Depois aí nós num teve mais acesso a eles perdemos. Teve camarão, pitú, num temo mais ele [...]. A fartura de pititinga, que pegava quatro, cinco canoa de pititinga não existe mais. Quando pega meia canoa é um desassossego [felicidade]. Chegô a custar R\$ 10,00 o quilo de pititinga, quanto que era R\$ 1,50, R\$ 2,00 real. Custô muito! Agora a Votorantim tiro nosso merin, que tinha na lama, as mulher cavava pegava os merinzinho assim, pra fazer muqueca pra vender na rua, aí fazia a muqueca botava numa folha de banana marrava assava, pronto, levava o pessoal comprava pra caramba na rua. Perdemo esse também! (o tom da voz ficou de lamentação). (Emanuel, pescador).*

Como pode ser observado, a implantação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo modificou a rotina dos ribeirinhos da comunidade do Pilar. O processo de salinização desencadeado pelo represamento das águas do Paraguaçu ocasionou praticamente a extinção de várias espécies de peixes de água doce que existiam em abundância e assegurava a subsistência dos ribeirinhos.

Ainda segundo relato de um ator social governamental o represamento das águas do Paraguaçu na década de 80 do século XX, provocou alteração no fluxo normal do rio, contudo, ele relatou que a grande transformação ocorreu em 2004 quando a referida barragem começou a operar também como usina hidrelétrica.

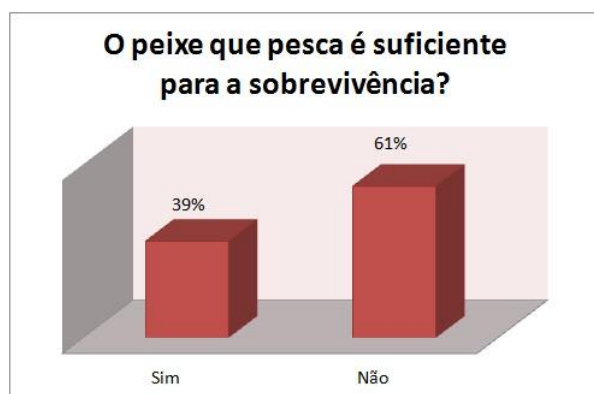
---

<sup>34</sup> Estuário diz respeito ao encontro de um rio ou lagoa com o mar, deixando suas águas mais salinizadas (IBGE, 2004).

*[...] Então, você vê que depois da construção da barragem diminuiu a quantidade de água ofertada aqui no canal, você já aumenta um pouco a salinidade do canal, mas o padrão da curva é muito parecido. Então, a oferta de água é menor, mas o padrão de oferta é muito parecido, então eles não sentem tanto o impacto, mas quando passa a operar como usina você tem um regime praticamente regular de fornecimento de água. Isso muda completamente as características do local, você perde essa zonalidade, você não tem mais as cheias que eles falam que provocavam a limpeza dos rios. As cheias que provocam a distribuição de ovos, de larvas, uma série de efeito que as cheias fazem. O período pós cheia é um período muito produtivo, muito abundante pra pesca e isso não acontece mais, você não tem mais esses picos. Você passou a operar de forma muito uniforme, então eles observam muito esses impactos. Se você conversar com um pescador lá em São Francisco do Paraguaçu lá do outro lado, se você conversar com um pescador lá em Santiago, se você conversar com um pescador lá em Maragogipe vão te falar muita coisa, que a construção da barragem deu uma piorada, mas que o grande problema foi quando passou a operar como usina hidrelétrica [...]* (Ator social governamental).

Fica constatado com a fala do ator social governamental que a fonte de sobrevivência dos ribeirinhos foi alterada abruptamente com a construção desse empreendimento. O período fértil das cheias que beneficiavam tanto os pescadores quanto a natureza deixou de existir, como pode ser constatado na verbalização dos pescadores e do ator social.

A partir de tal impacto os pescadores e marisqueiras passaram a encontrar sérias dificuldades para sobreviverem com o peixe e o marisco que pescam. Neste sentido, quando indagados se o peixe e o marisco que pegam são suficientes para sustentar a família, 61% dos entrevistados relataram que não, conforme demonstra o gráfico 3.9.



**Gráfico 3.9:** A pesca e a sobrevivência  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Apesar de antigamente (antes da barragem) existir uma “pequena” variedade de peixes de água doce<sup>35</sup>, o sustento dos ribeirinhos e de suas famílias estava assegurado. Atualmente, apesar da variedade de peixes e mariscos de água salgada, os mesmos são insuficientes para assegurar condições de vida dignas a estes pescadores e marisqueiras que sobrevivem exclusivamente da pesca.

Cabe aqui ainda destacar que quando tais empreendimentos vão se implantar em determinadas regiões “prometem” levar o desenvolvimento econômico para a região, principalmente para a população diretamente impactada (ribeirinhos e demais cidadão que dependem diretamente do rio para sobreviver) para assim conseguir a mobilização social a favor de sua instalação. Neste sentido, o ator social governamental relata que o discurso dessas empresas é que vão beneficiar a população local, inserindo-os como mão de obra no empreendimento. Contudo, há que se destacar que estas empresas como a exemplo da Barragem e Usina Pedra do Cavalo são informatizados necessitando de poucos funcionários para trabalhar na empresa, e a mão de obra que é requisitada para desempenhar as atividades profissionais são extremamente qualificadas.

Pode-se inferir dessa forma que a população diretamente impactada dificilmente terá acesso aos postos de trabalhos destas empresas, haja vista que não tem a qualificação profissional necessária exigida.

*[...] Eles colocavam nos estudos de impacto ambiental como principal impacto positivo, geralmente, o impacto social de geração de emprego. E a gente colocava que esse impacto pode na verdade [...] não acontecer em função justamente da falta de escolaridade, da falta de capacitação técnica das pessoas que residem aqui. Então, como é que o empreendedor ia lhe dar com essa falta de qualificação técnica em relação a isso? (Ator social governamental refere a um grande empreendimento que está se instalando na região da Enseada do Paraguaçu).*

---

<sup>35</sup> No geral são poucas as espécies de peixe de água doce que conseguem se adaptar em ambientes mistos, ou seja, em estuário.



**Figura 3.4:** Assoreamento<sup>36</sup> do Rio Paraguaçu após o seu represamento  
**Fonte:** Arquivo da autora, 2012

A interferência das sociedades industriais na vida dos pescadores e marisqueiras da comunidade do Pilar está levando esta população tipicamente tradicional e com traços de sustentabilidade a realizar ações que a longo prazo podem prejudicar a região onde habitam. Os ribeirinhos estão sendo obrigados a retirar areia do rio Paraguaçu e produzirem carvão com lenha proveniente do mangue para comercializar e, assim, complementar a renda.

Em todas as regiões do Brasil, com menor ou maior intensidade, os padrões de uso da terra sofrem drásticas alterações à medida em que se desenvolvem as frentes de expansão, criando a necessidade de manejo mais intensivo. As populações tradicionais são colocadas perante um dilema insolúvel do ponto de vista de seus interesses e os de preservação ambiental - ou continuam “tradicionais” tendo cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais (ARRUDA, 1999, p. 88).

---

<sup>36</sup> Assoreamento diz respeito a “obstrução de um rio, canal, estuário ou qualquer corpo d’água, pelo acúmulo de substâncias minerais (areia, argila, etc) ou orgânicas, como o lodo, provocando a redução de sua profundidade e da velocidade de sua correnteza” (IBGE, 2004, 38).





**Figura 3.5:** Retirada de areia do Rio Paraguaçu

**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

A figura 3.5 demonstra a retirada da areia do Rio Paraguaçu por parte dos ribeirinhos da comunidade do Pilar. Esta ação é desenvolvida para complementar a renda dessas pessoas, pois como já relatado neste capítulo, os produtos do rio (peixe e marisco) não estão mais assegurando a subsistência desta população. Contudo, há que se destacar que o impacto ocasionado por esta ação dos ribeirinhos chega a ser irrisória quando comparado a retirada de areia por uma máquina específica, ou seja, por uma draga.



**Figura 3.6:** Boia sinalizando a localização de uma máquina draga em pelo Rio Paraguaçu

**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

A figura 3.6 expõe a localização de máquina draga localizada em pleno Rio Paraguaçu com a função de extrair areia para ser comercializada em larga escala. Enquanto os ribeirinhos retiram a areia do Paraguaçu com uma pá um latifundiário da região extrai areia do rio com um maquinário específico, retirando em poucas horas a areia que os ribeirinhos levam dias senão meses para extrair. Esta ação desencadeada por este latifundiário provoca o assoreamento do rio e conseqüentemente a erosão e a destruição da sua mata ciliar<sup>37</sup>. Como pode ser observado o impacto das sociedades geridas pelo modo de produção capitalista é extremamente danoso ao meio ambiente.

Os impactos ambientais na contemporaneidade estão alcançando e prejudicando uma forma de viver que por características próprias conserva o meio ambiente. Estes povos estão vivenciando o dilema constante entre conservar e sobreviver, haja vista que as ações das sociedades industriais estão desequilibrando todo seu habitat, deixando-os desprovidos de condições materiais reais para suprirem necessidades primárias como comer e beber.

Durante a realização da pesquisa de campo algumas marisqueiras revelaram que seus maridos são obrigados a deixá-las na comunidade com os filhos pequenos, para saírem em

<sup>37</sup> Vegetação que acompanha a margem dos rios (IBGE, 2004).

busca de trabalho temporário nas cidades próximas. Os homens partem em busca de trabalhos com o propósito de assegurar o sustento da família, visto que os produtos do rio já não são mais suficientes para arcar com toda a despesa da casa. *“Tem tempo que a mariscada tá boa, [...] mas tem tempo que tá ruim. Não dá pra arranjar nada [...]”* (Antônia, marisqueira).

Os sentimentos de impotência e incerteza são emoções constantes entre estes ribeirinhos, que por diversas vezes atribuem à divindade a responsabilidade por acontecimentos provocados pela interferência do homem sobre a natureza. Nesta direção a marisqueira Marta diz que tem que *“se contentar com o que deus deu”* ao se referir a insuficiência da renda provenientes da pesca e da mariscagem.

Neste contexto de constantes alterações climáticas e significativos impactos das ações do homem, desde a industrialização intensiva sobre o estilo de vida tradicional, faz-se necessário um olhar mais aprofundado sobre o acesso e a cobertura social deste segmento que desponta na contemporaneidade como importante “estratégia” de conservação da cobertura natural do planeta. Mais do que nunca a proteção social deve estar voltada para os povos e comunidades tradicionais objetivando auxiliar a existência e permanência da cultura tradicional.

#### 4.2.1 A interferência das políticas sociais na sustentabilidade da comunidade do Pilar

Como já apresentado e discutido no capítulo segundo que versa sobre o a origem e o acesso às políticas sociais, estas surgem para amenizar a miséria humana intensificada no modo de produção capitalista, porém elas alcançam status de direito social nas sociedades modernas tornando-se ação social de intervenção estatal, voltadas para a garantia de um mínimo de bem-estar social que assegure condições de vida digna em sociedade.

Neste sentido o sistema de proteção social brasileiro é organizado a partir da Constituição Federal de 88, que organiza e transforma as bases desiguais de acesso às políticas sociais existentes, a saber, a saúde e a previdência, acessadas por aqueles que estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho. Assim, a “[...] Seguridade Social passa a estruturar a organização e o formato da proteção social brasileira, em busca da universalização da cidadania [...]” (FLEURY, 2008, p. 243).

No que tange à saúde brasileira, a criação do SUS foi uma conquista em especial do movimento sanitário brasileiro, que durante anos lutou pela reestruturação da saúde. O Sistema Único de Saúde é resultado de lutas históricas em prol de uma saúde pública, universal e de qualidade para toda população, independente de sua vinculação ou não ao

mercado de trabalho. A implantação do SUS representou significativa melhoria nas condições de saúde e de vida dos brasileiros. As melhorias vão desde as ações de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vacinação como também no que se refere:

[...] A serviços de alto custo e complexidade. A maior parte dos transplantes, excluídos os de córnea, é custeada com fundos públicos. A cobertura é ainda mais expressiva no caso da hemodiálise, um procedimento caro, mas essencial para a sobrevivência de portadores de doença renal crônica, enquanto aguardam o transplante de rim: 96% das terapias ambulatoriais são financiadas com recursos públicos [...]. (PIOLA; VIANNA, 2008, p. 234).

É neste contexto de conquistas que a comunidade do Pilar através dos entrevistados relata com alegria e satisfação a importância da implantação da Unidade de Saúde naquela localidade.

*Hoje tudo tá melhor porque antigamente não tinha o posto, hoje tem, e aí a gente pra fazer um exame, tinha que ir pra fazer no hospital, hoje faz exame aí, faz preventivo. Tudo tinha que fazer no hospital e hoje agente faz tudo aqui no posto de saúde. Tinha que pagar carro pra ir, hoje a gente não paga carro pra fazer exame. Preventivo, tudo a gente faz no posto. Depois do posto tudo ficou melhor.* (Antônia, marisqueira do Pilar).

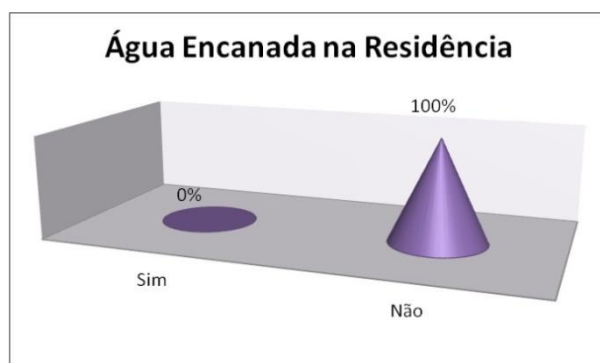
Como pode ser observado no relato de Antônia, a implantação da unidade de saúde no Pilar representou significativa melhora nas condições de saúde da população daquela comunidade. A implantação de unidades de saúde em locais estratégicos da zona rural facilita o acesso da população à saúde, já que quando centralizadas na zona urbana representa um obstáculo para a população residente no campo. O deslocamento até a cidade é oneroso tanto economicamente como no dispêndio de tempo. Muitas comunidade rurais se localizam muito distantes da cidade, obrigando os moradores a acordarem muito cedo para ir em busca dos serviços de saúde. “Agora tá bom, melhorô bastante, porque a gente tinha que acordar muito cedo. Muitas vezes chegava lá não achava ficha, voltava pra casa marcava de novo. E agora aqui tá tudo... esse povo que não ia agora tá tudo indo, fazendo, melhorô bastante com o posto aqui”. (Lílian, marisqueira do Pilar).

Apesar do avanço da saúde com a criação do SUS, melhorias ainda devem ser feitas para que toda a população tenha acesso a serviços de qualidade. Neste sentido Piola & Vianna (2008, p. 235) afirmam que:

Seria ingenuidade supor que a implementação dos princípios constitucionais na área da saúde pudesse se efetivar apenas com ganhos de eficiência. Tornar a gestão do SUS mais eficiente e profissional é absolutamente necessário e inadiável, mas não suficiente. É imprescindível que, simultaneamente, sejam assegurados os recursos necessários para que o acesso universal a um atendimento integral, igualitário e de melhor qualidade seja menos um exercício de retórica e mais uma ação objetiva percebida pela sociedade.

A afirmação destes autores vem reforçar um problema grave enfrentado por todas as políticas sociais, a crônica do financiamento insuficiente para as ações sociais. A política social brasileira está subjugada à lógica financeira do país. Direitos referendados na Constituição Federal de 88 estão à mercê da disponibilidade de orçamento. Princípios constitucionais não são respeitados em nome da manutenção de uma política monetária que não beneficia a maioria dos brasileiros.

É nesta direção que a afirmação do pescador Paulo relata que a implantação da unidade de saúde no Pilar fez o serviço de saúde daquela localidade melhorar, contudo fica nítido na sua verbalização a angústia pela ausência de um bem essencial à vida, o direito à água potável. *“rapaz antigamente aqui era ruim, mas hoje tá bom. Hoje tá... muita facilidade[...]. Porque antigamente só o hospital, mas hoje tem o posto, aí fica mais fácil pra gente. [...]se bota a água agora fica melhor. No verão aqui não tem água não. Dificuldade retada”* (Paulo, pescador do Pilar).



**Gráfico 3.10:** Água encanada na residência  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

A comunidade do Pilar assim como grande parte das comunidades rurais do município de São Félix convive diariamente com o problema da falta de água potável para suprir necessidades básicas como comer, beber, tomar banho e possuir um banheiro com tubulação que possibilitem o destino adequado dos dejetos humanos, que atualmente são lançados a céu

aberto. Como pode ser observado no gráfico 3.10, toda a comunidade do Pilar sofre com a falta de água potável encanada na sua residência.

Durante o inverno as cisternas das casas ficam abastecidas com água, mas durante o verão não suportam o calor e acabam secando. No verão, em período de calor intenso a comunidade é abastecida por carro pipa, contudo o município de São Félix possui apenas dois carros pipa para abastecer todo o município que sofre com a falta de água, sendo insuficiente para atender com frequência toda a demanda por água. Com tal situação, os ribeirinhos da comunidade do Pilar são obrigados a utilizar a água salobra, barrenta e poluída de um afluente do Paraguaçu para lavar pratos e roupas. Quanto à água para a alimentação (beber e cozinhar), a mesma é conseguida numa propriedade privada, que está localizada na outra margem do Rio Paraguaçu. O pescador Pedro descreve bem esta situação: *“No verão tem água de ano em ano quando o carro pipa traz, anuncê, que achesse a maré com canoa a motor [...]. Tem que perder um dia [de trabalho]! [...]”*.

Uma realidade contraditória, visto que a comunidade do Pilar vive às margens do Rio Paraguaçu abundante em água, porém salobra e poluída pelo lançamento das redes de esgotos domésticos das cidades de São Félix e Cachoeira. Isto sem mencionar a Barragem e Usina Pedra do Cavalo, localizada nas proximidades do município de São Félix que não abastece as cidades circunvizinhas. A água desta barragem é destinada à cidade de Salvador, à sua região metropolitana e à cidade de Feira de Santana.

Um fato conflitante tendo em vista sua proximidade de São Félix, cidade impactada pela construção do empreendimento e não beneficiada pela sua atuação. Os habitantes dessa cidade sofrem diretamente os reflexos do represamento do Rio Paraguaçu, principalmente os ribeirinhos, e a gestão local (governo local) não tem poder econômico e político suficiente para reverter tal situação. Esta circunstância demonstra a relação de poder existente na hierarquização entre os centros urbanos. O pescador e militante de movimentos sociais Jorge, relata que *“[...] é uma falta de políticas pública voltada para a agricultura familiar. [...] Eu acho que isso é falta de políticas pública voltadas pra o nosso próprio município”*.

Pela dificuldade de acesso a água potável de qualidade os ribeirinhos da comunidade do Pilar acabam se expondo à doenças de veiculação hídrica, ao desempenharem atividades como lavar pratos e roupas em água contaminada. Segundo D’Aguila *et al* (2000) os principais agentes encontrados nas águas contaminadas são: as bactérias patogênicas principais causadoras de enterite, diarreia infantil, e doenças epidêmicas (febre tifoide), geralmente letais ao ser humano. Os vírus encontrados frequentemente nas águas

contaminadas por dejetos humanos, destacando-se os da poliomielite e da hepatite infecciosa. E por fim, os parasitas que podem ser ingeridos através da água como a *Entamoeba histolytica* causador da amebíase e suas complicações tais como o lado hepático. Ainda segundo essa autora a *Entamoeba histolytica* é comumente encontrada em países quentes e com más condições sanitárias.

A tabela abaixo explicita os principais agentes encontrados em águas contaminadas e as doenças causadas pelos mesmos.

DOENÇA	AGENTE CAUSADOR <sup>vf</sup>
Cólera	<i>Vibrio cholerae</i>
Desenteria Bacilar	<i>Shiggella</i> sp.
Febre Tifóide	<i>Salmonella typhi</i>
Hepatite Infecciosa	Vírus da Hepatite do tipo A
Febre Paratifóide	<i>Salmonella paratyphi</i> A, B e C
Gastroenterite	Outros tipos de <i>Salmonella</i> , <i>Shiggella</i> , <i>Proteus</i> sp.
Diarréia Infantil	Tipos enteropatogênicos de <i>Escherichia coli</i>
Leptospirose	<i>Leptospirose</i> sp.

**Tabela 3.1:** Principais doenças relacionadas à ingestão de água contaminada e seus agentes causadores

**Fonte:** D'Aguila *et al* (2000, p.793).

As marisqueiras da comunidade relataram que frequentemente são acometidas por infecção urinária ocasionada pela água poluída do Rio Paraguaçu. O trabalho da mariscagem exige que as mulheres permaneçam por várias horas dentro das águas do Paraguaçu e na maioria das vezes agachadas para coletarem os mariscos. A marisqueira Marta relata o sofrimento de sua filha que constantemente é acometida por infecção urinária:

*[...] Aí pronto, quando é no outro dia que a gente não vai mais, ela começa já com a infecção, dor no pé da barriga, o médico dela vive direto com ela, dando remédio de infecção [...]. Ele disse que é da irmundice, que a gente vive dentro da água. Ele falou que só pode ser isso, se tiver chovendo vai pra água, se tive fazendo sol nós tá dentro d'água também. O sol pode tá tinindo nós tá ali, aí a quentura, a urina fica amarela. Ela sente mais do que eu ainda, minha filha sente mais porque se ela for trabaia a semana toda, quando for no outro dia ela não aguenta mais. Ela tem de ir pro médico, aí o médico já dá as cartelas do coisa pra ela ir tomando direto, aí eu tomo, ela toma. Aqui a maioria quase tudo [...] sente infecção dessas meninas que trabaia [...].*



**Figura 3.7:** Afluente do Rio Paraguaçu – Rio Lavandeira

**Fonte:** Arquivo da autora, 2012.

Os ribeirinhos também relataram que há algum tempo surgiu uma lama no Rio Paraguaçu, que provoca irritação na pele. Não sabem ao certo qual a procedência desse fenômeno, mas o associam a poluição do rio.

*[...] A gente entrava aqui e ficava com aquela cocera braba nas perna da gente, quando a gente pisava na lama que a lama subia, pronto, aí dava aquela cocera que chega a gente vê assim, a veia mesmo, sentia assim que parecia que era um bicho que tava cumeno. [...] Parecia que era água viva [...] (Emanuel, pescador).*

Em entrevista a um ator social governamental, foi relatado que estão sendo realizados estudos por grupos de pesquisa da UFBA, para identificar as reais causas desse fenômeno. A princípio existem duas hipóteses que são: Provável contaminação bacteriológica ou algum tipo de esponja<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> “Grande grupo de animais aquáticos, sésseis, fixados a um substrato sólido na água doce ou salgada, e cujos flagelos produzem uma corrente de água através do corpo, de onde filtram partículas de material orgânico para sua alimentação” (IBGE, 2004, p. 127).





**Gráfico 3.11:** Destino dos esgotos do banheiro  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

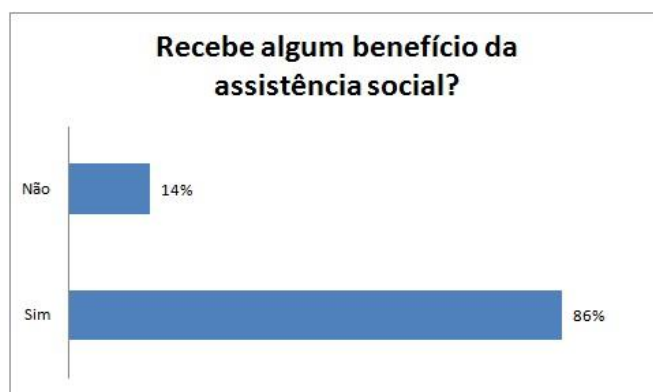
Outro problema enfrentado por esta comunidade de ribeirinhos refere-se ao destino adequado dos esgotos de banheiro que em sua maioria são lançados a céu aberto. Dos entrevistados 57% responderam que lançam os dejetos a céu aberto e 43% afirmaram possuir fossa rudimentar. Nos estudos do Plano Brasil Sem Miséria (2011) foi constatado que da população que vive em extrema pobreza 53% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgotos pluvial ou fossa séptica e 48% dos domicílios rurais em extrema pobreza não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não tem poço ou nascente na propriedade. Como pode ser observado a dificuldade no acesso a água potável e ausência de destino adequado aos dejetos humanos é um problema que ainda afeta centenas de pessoas em todo o país. Esta realidade revela as dificuldades encontradas pelas populações pobres para sobreviver.

Tem importância central nesta discussão a oferta de serviços e programas que possam auxiliar e assegurar a estas sociedades condições dignas de sobrevivência em coletividade. A assistência social entendida como política social pública não contributiva destinada a quem dela necessitar desponta neste contexto como alternativa no subsídio do modo de vida tradicional. Cabe aqui ressaltar a necessidade de se pensar a assistência social para além do “[...] perfil desarticulado que colocou em evidência um caráter seletivo, focalista e fragmentado para suas intervenções como medidas assistenciais meramente compensatórias face aos efeitos dos ajustes estruturais da economia” (YAZBEK, 2006, p. 12).

A assistência social aqui defendida é um direito social que busca corrigir injustiças sociais através da oferta de serviços e programas que “asseguem” condições dignas de sobrevivência. E está respaldada nos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência social, que a entende como mecanismo fomentador da autonomia humana. Nesta perspectiva, a assistência é entendida como política pública que busca auxiliar as demais políticas sociais e econômicas

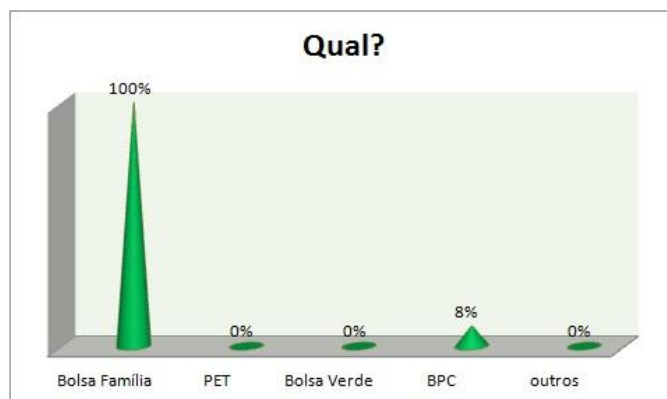
a “corrigir” a atual situação de desigualdade social e de impedir a reprodução da pobreza nas futuras gerações.

Isso explica por que a política de assistência social, além de dever se preocupar com a provisão de bens materiais ("dar o peixe"), tem que contribuir para a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso ("dar as condições para pescar") (PEREIRA, 2002, p. 09).



**Gráfico 3.12:** Acesso a assistência social

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.



**Gráfico 3.13:** Tipo de benefício da assistência social que acessa

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

A comunidade do Pilar, como a grande maioria dos brasileiros expropriados dos seus direitos, acessa o benefício assistencial do bolsa família. Dos entrevistados, 86% recebe algum benefício da assistência social, sendo que o benefício mais acessado é o bolsa família

atingindo o percentual de 100%, conforme pode ser observado respectivamente nos gráficos 3.12 e 3.13.

O programa bolsa família fruto da unificação dos programas bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás, cartão alimentação e do programa de erradicação do trabalho infantil, foi criado em 2003 como o objetivo de garantir renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (Brasil, MDS, 2010). Atualmente o programa atende 13 milhões de pessoas em todo o território nacional e no ano de 2010 aproximadamente 4,3 milhões de pessoas superaram a linha de extrema pobreza no Brasil. Contudo, há que se destacar que cerca de 30 milhões de pessoas ainda se encontra em situação de pobreza (YAZBEK, 2012).

Como pode ser observado o programa está conseguindo assegurar renda ainda que extremamente mínima às famílias pobres e extremamente pobres, haja vista que “[...] ele significa basicamente mais comida na mesa dos miseráveis e compra de produtos essenciais” (YAZBEK, 2012, p. 309). Neste sentido, são reconhecidos os resultados positivos deste programa no seu público alvo, todavia, há que se destacar a necessidade da ampliação da concepção de pobreza restrita neste programa a escassez de renda, base do fundamento neoliberal, para que seja atingido um contingente maior de pessoas que passam dificuldades. Apesar dos programas atuais focalizados em determinada categoria populacional está sanando necessidades imediatas (como se alimentar) de milhares de pessoas no país, não estão promovendo melhorias significativas nas condições de vida destas pessoas visto que,

[...] esses programas apenas “aliviam” a pobreza, desenvolvendo-se ao largo de políticas econômicas que não se alteram. Ou seja, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social não são consideradas, limitando-se essa intervenção a melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres, servido tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado [...] (YAZBEK, 2012, 310).

É importante destacar que diante deste quadro de focalização e precarização dos serviços tem-se a necessidade de articular serviços e programas universais ao desenvolvimento de programas de transferência de renda, para que não só a população pobre ou extremamente pobre possa acessá-los, mas todos que deles necessitam.



**Gráfico 3.14:** Acesso ao defeso  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Outro benefício acessado pelos pescadores e marisqueiras da comunidade do Pilar refere-se ao seguro defeso. No período de procriação do camarão 67% dos entrevistados recebem este seguro como pode ser observado no gráfico 3.14. Durante o ano os pescadores e marisqueiras dessa localidade recebem três salários mínimos, distribuídos em dois períodos de quarenta e cinco dias, quando ocorre a reprodução do camarão.

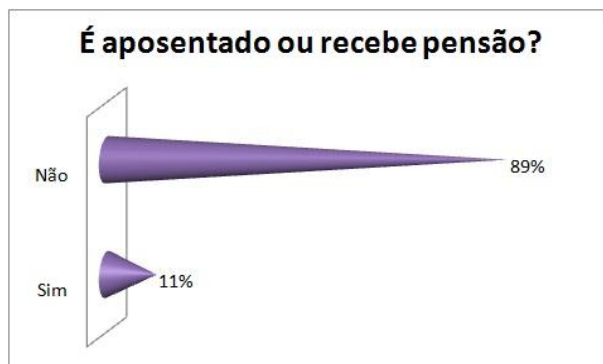
Para terem acesso a este benefício, os mesmos devem comprovar que realizam atividade de pesca há mais de um ano e devem possuir o Registro Geral de Pesca (RGP) no Ministério da Pesca e Agricultura. O seguro defeso do pescador equipara-se ao seguro desemprego dos demais trabalhadores. Instituído desde 2003, através da Lei 10.779, o seguro desemprego do pescador assegura a renda de um salário mínimo para os pescadores artesanais em regime de economia familiar, durante o período de interdição da pesca.

Como já apresentado no primeiro subcapítulo “perfil socioeconômico da comunidade do Pilar” a grande maioria dos entrevistados possui renda familiar inferior a um salário mínimo. Neste sentido pode-se inferir que este benefício se destaca como a principal fonte de renda desta comunidade, haja vista que após as alterações sofridas pelo Rio Paraguaçu, desencadeadas pela interferência humana, a pesca e a mariscagem não tem se mostrado suficientes para prover o sustento das famílias que dependem delas para sobreviver. Este benefício é um importante aliado no sustento das famílias dos ribeirinhos, contudo, está aquém de proporcionar condições de vida digna. “*Quer dizer, por que pra mim melhorou bastante [...] a gente sem o defeso [...], nós passava muita dificuldade, passava dificuldade mermo, depois do defeso deu pá melhorar alguma coisa*”. (Marta, marisqueira). A marisqueira Antônia destaca que “*suficiente não é, mas ajuda bastante*”.

Cabe ainda ressaltar que durante o período em que os pescadores estão recebendo o seguro defeso não podem receber outro benefício simultaneamente, com exceção do benefício

bolsa família. Dessa forma, ao se aposentarem como assegurados especiais<sup>39</sup>, ou receberem benefícios como salário maternidade, auxílio doença e outros, os pescadores são obrigados a escolher qual benefício desejam receber.

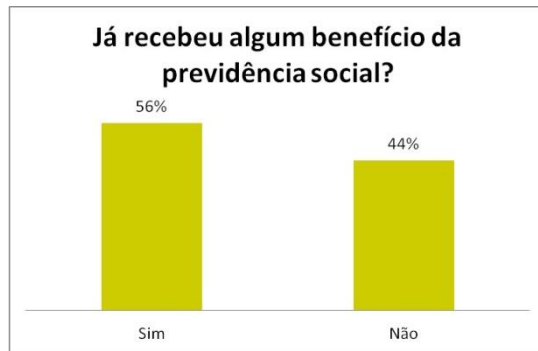
Ao iniciar o período de interdição da pesca, os ribeirinhos dão entrada no seguro defeso, porém só receberão o benefício no mês subsequente, permanecendo o primeiro mês da interdição sem renda para suprir suas necessidades. Ou seja, são obrigados a suspenderem a pesca em respeito a procriação dos peixes e dos mariscos, contudo não têm o respeito e o devido reconhecimento por parte do aparato jurídico institucional que sancionou a lei, haja vista que são deixados à própria sorte.



**Gráfico 3.15:** Aposentadoria e pensão  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

Outro dado importante a ser apresentado refere-se à condição de pensionistas ou aposentados. Em decorrência da comunidade ser constituída eminentemente de jovens e adultos, apenas 11% dos ribeirinhos são aposentados ou recebem pensão, conforme pode ser observado no gráfico 3.15.

<sup>39</sup> Entende-se como segurado especial: “[...] o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemblado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo [...]” (LEI, 8.213/91, art. 11, inciso VII).



**Gráfico 3.16:** Acesso aos benefícios previdenciários

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

A maioria dos entrevistados 56% já receberam algum benefício da previdência social, seja ele auxílio doença ou salário maternidade. Porém, estes benefícios são assegurados apenas nos momentos em que os indivíduos perdem momentaneamente sua condição de trabalho, não se configurando como renda constante. Neste sentido, pode-se entender que a comunidade do Pilar, a partir do exposto, tem acesso às políticas sociais da Seguridade Social (saúde, assistência e previdência). Contudo, as mesmas não estão se mostrando suficientes para auxiliar os povos tradicionais a permanecerem com sua cultura tradicional, haja vista que este segmento populacional é o mais atingido pela interferência do homem contemporâneo na natureza. Corre-se o risco de se perder um conhecimento acumulado durante gerações sobre os processos naturais, se algo urgentemente não for feito.

#### **4.3. Os Traços Culturais da Comunidade Ribeirinha do Pilar e a Sustentabilidade Promovida para a Conservação Ambiental**

De acordo com Diegues (2004) a relação de cada sociedade com a natureza será construída a partir das crenças e do juízo de valor construído por elas, como também pela sua relação com o sistema econômico que participam. Neste sentido, para os povos tradicionais a natureza representa sua casa, a moradia dos antepassados, devendo ser protegido, enquanto que para as sociedades associadas ao modo de produção capitalista a natureza representa um obstáculo a ser vencido para o progresso. “[...] Na realidade elas participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho humano, assim como o ‘bom’ e o ‘mau uso’ dos recursos naturais [...]” (idem, p.64). Neste sentido a baixa dependência com o

mercado se faz presente no dia a dia da Comunidade do Pilar. Grande parte do peixe que essa população pesca é destinada para a própria alimentação, ou seja, para a subsistência.

Outros traços da cultura tradicional são encontrados na comunidade ribeirinha do Pilar, como a exemplo da extensa rede de parentesco e da propriedade comum. A maioria dos residentes da comunidade são parentes, e parte das terras são de uso comum entre aqueles com laços de consanguinidade. “[...] Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupala [...]” (idem, p. 66).

Outra característica tradicional dessa comunidade refere-se à realização de suas atividades, que são orientadas por sinais da natureza, como a lua que interfere no movimento da maré indicando se o “rio está bom pra peixe ou não”. “*Porque a área pesqueira aqui tem um porém,[...] tudo, tem sua maré e tudo tem sua quadra [fases da Lua]. Entendeu? [...]*” (Alberto, pescador). Este mesmo pescador revela que no período da “cabeça d’água”<sup>40</sup> a pesca não é boa.

*[...]Cabeça d’água [...] é o momento em que a maré cresce, aí quando a maré cresceu, a cabeça d’água da manhã em diante ela vai arriar vai quebrar, aí nós trata cabeça d’água. Esse dia mermo, se você for pescar não pega nada, é raro, é difícil mesmo [...].*

Alberto continua relatando que após a cabeça d’água vem a maré de quebra que segundo ele, também não é boa para a pesca feita com rede de arrasto.

*[...] A maré quando tá de quebra que, nós chama de maré morta, [...], que a maré corre menos, ela corre menos e nem enche muito. O peixe fica cumeno ali dentro dos mangue, na berada ele não tem aqule cançativo pra ele sair, pra o meio do rio. [...] Nós chama de maré morta, [...] não há como pegar o peixe. Então, quando nós diz lançamento vai dá peixe, aí é o momento que a maré vai correr mais e aí vai tirar ele. [...] A gente vai pescar e aí nós panha mais peixe através disso.*

Fica nítido que a comunidade do Pilar assim como outros povos tradicionais possuem conhecimentos aprofundados sobre os ciclos da natureza. Suas ações são orientadas por sinais determinados da natureza, principalmente da lua que influencia na atividade de pesca.

---

<sup>40</sup> Segundo os pescadores do Pilar, a cabeça d’água é um fenômeno caracterizado pela transição entre marés.

[...] O saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação da espécie [...] (DIEGUES, 2004, p. 69).

Outro fenômeno relatado pelos pescadores da comunidade do Pilar diz respeito à “furreca”, que interfere na pesca de rede de espera. Segundo eles, a furreca é um brilho que aparece na água do rio em noite sem lua. “[...] *Furreca é um brilho que tem na água, entedeu? Aí nós trata de furreca. Cê assanha a água assim parece prata em baixo, brilhando [...]*” (Alberto, pescador). Segundo Alberto este fenômeno espanta os peixes. “[...] *Então, o peixe que num é besta, ele vê aquela claridade ele volta [...]*” (idem). Já a noite de lua, segundo este mesmo pescador, é boa para pegar peixe com rede de espera, já que o brilho da lua ofusca o brilho da água. “[...] *E já a maré de lua que nós trata, a maré de lua tem um porém, que o reflexo da lua abate aquela claridade que é a furreca, aí num faz mais aquilo [...]* pratiado em baixo[...]. Aí nós diz, *oh, essa maré de lua vai dá peixe! E a lua vai ser chêa, vai ser boa! [...]*”

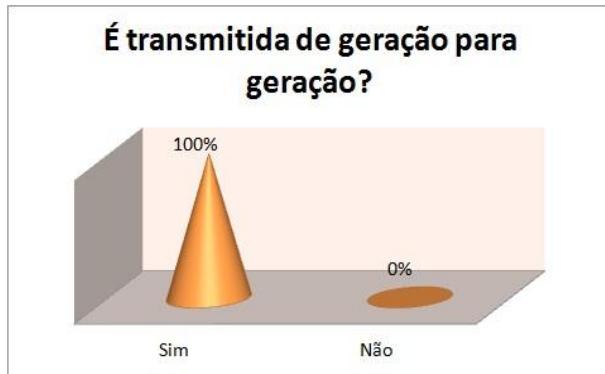
Como pode ser observado nos relatos apresentados o manejo das águas está intimamente relacionadas à interferência da lua. O modo distinto das populações tradicionais de se relacionar com a natureza através de manifestações simbólicas transmitidas de geração para geração possibilita o desenvolvimento de atividades de subsistência e, conseqüentemente, a conservação da natureza.



**Gráfico 3.17:** Tradição na família

**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.





**Gráfico 3.18:** Transmissão da tradição  
**Fonte:** Pesquisa monográfica, 2012.

“[...] Para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos naturais significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e que morreram seus antepassados e em que nasceram seus filhos [...]” (DIEGUES, 2004, p. 120). Estes conhecimentos dos ciclos da natureza, bem como o uso dos recursos naturais e do manejo, fazem parte das tradições dos povos tradicionais transmitidos entre as gerações, como pode ser observado nos gráficos 3.17 e 3.18. As informações sobre o momento certo para pescar e mariscar, como a exemplo da cabeça d’água e da furreca, ditados na maioria das vezes pelas fases da lua, são conhecimentos/tradições transmitidos entre as gerações de pescadores e marisqueiras da comunidade do Pilar.

A noção de conservação também se faz presente entre os pescadores e marisqueiras da comunidade do Pilar. Em muitas das falas, eles e elas relatam o respeito e a admiração pela natureza, revelando que se não respeitarem o período de procriação dos peixes estes irão chegar ao fim, deixando-os desprovidos de fonte de subsistência. *“Tudo no mundo nós tem que ter controle. Tem a desova do gaiamum, que eles fica tudo com aquele filhinho nós num pode pegar [...] a gente num pega não, deixa lá eles criar os filhinhos dele pra produzir [...]”* (Marta Marisqueira). Essa mesma marisqueira destaca que se consumirem os peixes e mariscos durante o período de procriação estes chegarão a extinção. Neste sentido Marta continua seu relato: *“[...] É igual o camarão, nós num pode pegar, senão se ficar pegando os camarão não disova, o robalo e tudo, [...] aí acaba e a gente vai ficar na dor”*. “[...] Em maior ou menor intensidade, predomina a noção de que os recursos comuns devem ser usados em parcimônia, na medida em que deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo” (DIEGUES, 2002, p. 408).

A noção de dependência desses povos em relação os recursos naturais e a inexistência do consumismo compulsório faz desnecessária a criação de políticas ou normas coercitivas do

Estado com vistas a controlar a exploração dos recursos naturais por parte destas populações. A conservação do meio ambiente é atividade diária destas comunidades que respeitam e protegem a natureza como um ente querido da família.

*A gente não pega os miúdos, aqueles que não serve pra comer, no caso, que não dê pra tratar, é melhor que não pegue. Os pequeno aí a gente não pega, o caranguejo mesmo se a gente for rancar, a gente não ranca muita fêmea. Siri mesmo, se a gente for pescar, [...] se tiver casado e ela tiver chêa de ova, a gente não pega a siri fêmea (Andressa, marisqueira).*

Neste sentido não haveria porque se falar em proteção social voltada para as populações tradicionais se os impactos ambientais provocados pelas sociedades urbano-industriais não alterasse todo o ecossistema em que estas populações habitam. Contudo, como tal feito é eminentemente impossível numa sociedade baseada no modo de produção que explora intensamente os recursos da natureza é mais que necessário à discussão da proteção social para as populações tradicionais.

Cabe ainda nesta discussão destacar que vários ribeirinhos entrevistados revelaram o não desejo de seus filhos serem pescadores e marisqueiras como eles (as). As dificuldades enfrentadas pelos pescadores da comunidade do Pilar na atualidade fazem com que eles não desejem que seus filhos se tornem pescadores e sofram tanto quanto eles.

[...] A reafirmação e reestruturação dessas formas comunitárias de acesso a espaços e recursos naturais ocorre num momento histórico onde a preocupação pela degradação intensiva de ecossistemas naturais ou seminaturais de grande importância ecológica, em nível regional ou mesmo em nível internacional, alia-se à preocupação pelo desaparecimento gradual de um grande número de culturas marcadas por uma relação especial com os ecossistemas de alta diversidade biológica [...] (DIEGUES, 2002, p. 410-411).

Nestes termos, é urgente que se propaguem as discussões sobre o modo de vida tradicional e a proteção social destas populações, uma vez que o contexto atual de intensa degradação ambiental está levando à escassez das fontes de vida e de renda destes povos, assim como a destruição de uma tradição e do território onde habitam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da preocupação com a questão ambiental remontar a história ela nem sempre fez parte do discurso oficial. Dessa forma, ela ganha contornos políticos a partir do século XX com as grandes conferências ambientais. Contudo, há que se destacar que a discussão ambiental já se fazia presente nos Estados Unidos desde o século XIX. Desponta neste país as principais correntes filosóficas do meio ambiente, a saber, o preservacionismo e o conservacionismo.

A corrente teórica preservacionista defende a criação de áreas intocadas que não sofram a interferência do homem. Para os defensores dessa corrente a natureza é para ser apreciada, local para refazer as energias espirituais. A partir deste pensamento foram criadas nos EUA as primeiras áreas intocadas - *wilderness* (vida natural/selvagem). Estes parques têm a função de promover o lazer da população das cidades estressada com o desenvolvimento industrial e urbano. Cabe destacar que o pensamento preservacionista não prevê a mudança de postura do homem em relação à natureza, objetiva apenas a criação de áreas naturais protegidas como solução para a problemática ambiental.

Já os conservacionistas, defendem a transformação do relacionamento do homem com a natureza, ou seja, acreditam ser possível uma relação “equilibrada” entre homem e natureza. Para os conservacionistas é factível a convivência ética entre a humanidade e a natureza, uma vez que defendem o uso responsável dos recursos naturais, vislumbrando os direitos das sociedades futuras de também usufruírem desses recursos. Os fundamentos dessa corrente teórica foram as precursoras do conceito de desenvolvimento sustentável, criado na década de setenta do século XX.

É neste cenário que surgem as discussões sobre o modo de vida tradicional. Os povos tradicionais são populações que possuem um modo singular de se relacionar com a natureza, o que lhes confere traços de sustentabilidade. Para estas populações, a natureza é bem mais que sua fonte de subsistência, é a sua casa, a moradia dos seus antepassados e por isso, ela deve ser conservada e cuidada como um ente querido que acolhe e protege.

Estes povos possuem conhecimento aprofundado dos recursos naturais, bem como dos ciclos da natureza. Suas ações são orientadas por um sofisticado calendário agrícola e pesqueiro que determina o momento certo para a realização das atividades. Os mitos e os

símbolos também ditam a vida em comunidade, o que impede a degradação do meio ambiente. Outro traço importante desses povos refere-se à realização de atividade de subsistência, ou seja, não produzem objetivando o lucro, mas sim a satisfação de suas necessidades.

Como pode ser observado o relacionamento dos povos tradicionais é permeado de respeito e admiração pelo território onde habitam. Sua forte dependência com os recursos naturais, pequena dependência com o mercado e o baixo impacto ambiental os caracterizam como comunidades sustentáveis. Logo, fica nítido o importante papel que estes povos têm na conservação e fiscalização do ambiente em que vivem. Eles são estratégias importantes para assegurar a diversidade biológica do local onde habitam, diante do quadro atual de impacto sobre a natureza.

Todavia, as ações das sociedades modernas estão desestruturando o habitat natural dos povos e comunidades tradicionais. Os impactos ambientais atingem diretamente estas comunidades, já que estão em verdadeiro regime de simbiose com a natureza. A depredação ambiental ocasionada pelas sociedades ligadas ao modo de produção capitalista está levando a diminuição e em alguns casos a escassez das fontes de subsistência dos povos tradicionais. Assim, sem condições objetivas para sobreviver, este segmento populacional é levado a realizar, mesmo que involuntariamente, ações que podem prejudicar o meio ambiente.

Neste cenário de diminuição, escassez de renda e impacto ambiental, tem importância singular a discussão e a efetivação do sistema de proteção social brasileiro, haja vista que este poderá subsidiar o modo de vida tradicional, assegurando condições básicas de sobrevivência. Possibilitando acesso a bens e serviços que assegurem condições dignas de vida.

O sistema de proteção social brasileiro é ampliado e reorganizado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a Seguridade Social como sistema de proteção social, composto pelas políticas de saúde, previdência e assistência social. Apesar da proteção social ter sido ampliada após a referida Constituição, a previdência permanece vinculada ao contrato de trabalho, porém a saúde foi universalizada e a assistência social passou a integrar o conjunto das políticas de proteção social, inscritas no âmbito do direito social.

A proteção social passou a ser reconhecida como um direito e como tal deveria ser garantido pelo Estado à toda população. Dessa forma, foram estabelecidas medidas públicas de combate às privações de ordem social e econômica. O Estado passou a ser visto e

reconhecido como o principal provedor da proteção social. Porém, há que se destacar que após a instituição do referido sistema de proteção social, o Estado brasileiro adotou uma política econômica que subjuga as conquistas constitucionais aos ditames do capital.

No contexto da política neoliberal o Estado realizou diversas reformas no âmbito social que limitaram a ação da Seguridade Social. O efeito de tais reformas reflete nos programas e serviços que passaram ser precarizados e focalizados.

Se para a grande maioria da população este contexto de acesso a serviços e programas precarizados é negativo, para as comunidades tradicionais é ainda muito pior. Isto implica dizer que a ação de conservação ambiental promovida por estas comunidades poderá ser inversa. Com sua fonte de subsistência declinando a cada dia e cada noite, em virtude dos impactos ambientais promovidos pelas sociedades industriais, a proteção social desponta como auxílio para a conservação e manutenção do modo de vida tradicional.

Neste sentido a partir da investigação de campo realizada na comunidade ribeirinha do Pilar, ficou constatado que a referida comunidade tem a cesso às políticas sociais, contudo ela não foge a regra de grande parte da população brasileira, que tem acesso a serviços e programas ínfimos e que não respondem satisfatoriamente às demandas existentes.

Apesar de ter acesso às políticas sociais (saúde, previdência e assistência), este acesso não assegura condições dignas de sobrevivência, uma vez que a renda, a baixa escolaridade, as moradias insalubres, a falta de esgotamento sanitário e a escassez de água são elementos constates e de longa data neste povoado.

Apesar dos homens serem maioria no Pilar, observou-se a significativa presença feminina na atividade laborativa da mariscagem. Grande parte das mulheres acompanham seus companheiros nas atividades ligadas ao rio, com o objetivo de aumentar a renda familiar, que está majoritariamente abaixo de um salário mínimo.

Outros fatores denunciadores das precárias condições de vida destes povos referem-se a sua baixa escolaridade, 44% da população não completou ao menos o ensino fundamental e outros 28% são analfabetos. Associado a este fato tem-se a predominância de pessoas “jovens” pretas e pardas. Este indicativo revela a persistência da exclusão imposta durante séculos aos negros, que no decorrer dos anos engrossam as longas filas da pobreza e da indigência. A ausência de um grande número de idosos na comunidade denota a condição de vida difícil da população ali residente.

Ainda sobre o acesso às políticas sociais cabe aqui ser enfatizado mais uma vez, a ausência de água potável nas residências destas pessoas. Um bem essencial a vida é “negado” a toda população, pela inexistência de políticas públicas que possam solucionar este

problemas.

No que se refere a interferência das políticas sociais na conservação ambiental do Pilar, pode-se inferir que as mesmas não estão sendo suficientes para evitar algumas ações danosas ao meio ambiente, como a exemplo da extração de areia do Rio Paraguaçu. Mesmo que a retirada de areia seja em pequena escala, pois a população ali residente não utiliza maquinário especializado para realizar tal ação, no longo espaço de tempo esta população sentirá os impactos causados por ação. Cabe ressaltar que esta ação é desencadeada pela dificuldade de sobrevivência dos ribeirinhos do Pilar.

Esta população presenciou sua fonte de renda diminuir drasticamente com a criação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo. O fluxo do rio nunca mais foi o mesmo após o funcionamento da usina, em 2004. Os peixes que antes existiam em abundância e garantiam a sobrevivência das pessoas deste povoado, já não garantem o sustento das famílias. Dessa forma, a população de pescadores e marisqueiras é levada pela sobrevivência a retirar areia do referido rio.

Apesar de contarem com o benefício do seguro defeso e do bolsa família estes não são capazes de assegurar a manutenção dos pescadores e marisqueiras dessa comunidade ao longo do ano. Isto porque, o bolsa família se configura num valor irrisório e aquém do que é necessário para uma família de fato, viver; e o seguro defeso, por ser pago apenas no período de procriação dos peixes e por totalizar apenas três salários mínimos recebido durante o ano.

Sobre este benefício há que salientar a necessidade de repensar sua forma de pagamento, uma vez que quando decretado o período de reprodução da espécie de peixe ou de marisco, o pescador é obrigado pela lei e pelo respeito já arraigado que tem à natureza a suspender a atividade de trabalho, contudo, só receberão a primeira parcela do benefício transcorrido trinta dias de sua interdição. Nesta ocasião ficam sem renda para suprir necessidades básicas.

Com a dificuldade encontrada para sobreviver apenas com os “produtos” do rio muitos dos pescadores da localidade são obrigados a deixarem suas companheiras e filhos na comunidade e a saírem em busca de trabalho temporário nas cidades circunvizinhas. Os homens do Pilar partem em busca de algum trabalho que possa garantir renda para sustentar às suas famílias. Porém, com a baixa escolaridade terão acesso aos empregos mais subalternos e precarizados possíveis. Quanto a habitação, o destino mais certo serão as áreas periféricas das cidades, ajudando a engrossar os bolsões de miséria urbana.

No que tange ao traço tradicional desse povoado de ribeirinhos fica nítido que se trata de uma comunidade eminentemente tradicional. Durante a realização da pesquisa de campo

foi encontrado características tradicionais nesta comunidade, como a exemplo da realização de atividade de subsistência. Os ribeirinhos produzem o necessário para suprir sua necessidade não objetivando a comercialização e conseqüentemente o lucro. A extensa rede de parentesco também se fez presente neste povoado. A maioria das pessoas ali residente são parentes que vivem em propriedade comum, com divisão apenas do espaço doméstico.

Outra característica tradicional refere-se ao conhecimento dos ciclos da natureza. Suas atividades são guiadas por sinais da natureza como a exemplo da lua que interfere no movimento da maré. Sabem o momento certo para mariscar e pescar identificando estes períodos apenas com os sinais que a natureza dá. A noção de conservação também se fez presente nesta comunidade. Eles têm grande respeito pelo período de reprodução das espécies de peixes e mariscos, uma vez que reconhecem sua extrema dependência aos recursos naturais. A preservação da natureza implica a manutenção e a sobrevivência da comunidade.

Como pode ser observado esta comunidade tradicional do Pilar, vem encontrando sérias dificuldade para sobreviver, em virtude dos impactos ambientais ocasionados pelas sociedades ligadas ao modo de produção capitalista. A sua principal fonte de renda, o rio, está poluída e as espécies de peixes hoje existentes nele não são suficientes para assegurar condições dignas de vida. Além de viverem às margens do Rio Paraguaçu, sobrevivem também à margem das políticas sociais, assim como milhares de brasileiro, expropriados e usurpados de seus direitos. Vivem marginalizados com dificuldade para acessar serviços básicos que assegure condições essenciais de sobrevivência, o que esta influenciando no relacionamento desta comunidade com a natureza.

Apesar de todo o aparato jurídico e normativo existente sobre o meio ambiente, estes não estão sendo capazes de inibir e atribuir responsabilidades ambientais aos grandes e pequenos empreendimentos que impactam a natureza. Os empreendimentos se instalam em pequenas localidades (cidades de pequeno porte) sem estudarem minuciosamente os efeitos negativos de suas ações sobre a população ali residente. Não dão voz as pessoas diretamente impactadas e os possíveis benefícios que o empreendimento pode trazer não beneficia a localidade prejudicada, ou seja, onde está instalado.

Fica nítido o constrangimento das políticas sociais e ambientais diante de situações como as evidenciadas no Pilar. Em todo o trajeto da Rio Paraguaçu existem comunidades dependentes dos produtos deste rio para viver, contudo este fato não foi e não é suficiente para barrar ações de agressão ao meio ambiente. A despeito de existir uma política específica que trata do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais ao que parece

esta não foi levada em conta nos estudos de impacto ambiental para a construção de empreendimentos localizados no curso do Paraguaçu.

Neste contexto de constante impacto ambiental e precrização dos programas e serviço público tem-se a necessidade de ampliar as discussões sobre o modo de vida tradicional, enfocando seu benefício para a conservação da natureza, bem como para toda a sociedade. E a universidade instalada na região, pode cumprir um importante papel nesse sentido, disseminando o conhecimento ao qual tantas pessoas ainda estão alheias ou equivocadas acerca da intrínseca relação sociedade-natureza. Faz-se necessário conhecer mais sobre este modo de vida distinto, para então se propor novas políticas e programas específicos, a fim de reconhecer os danos causados.

Neste sentido, diante da atual conjuntura de grande degradação ambiental, impactando diretamente os povos e comunidades tradicionais torna-se imprescindível o debate constante entre o modo de vida tradicional e a importância de uma proteção social efetiva e eficaz para a conservação ambiental. Cabe destacar também, que urge, por parte dos órgãos ambientais tanto da esfera municipal, quanto estadual e que atuam neste território ações enérgicas e comprometidas no licenciamento, na fiscalização e na atribuição de responsabilidade sobre os danos causados.



## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente e Sociedade**. Ano II - n. 05 – 2º Setembro de 1999, p. 79-92. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2012.

BORON, A. Atilio. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América latina. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 07-67.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXV – n. 79. São Paulo: Cortez, setembro 2004, p. 108-132.

\_\_\_\_\_. **Seguridade Social e Trabalho**. Brasília. Ed. UNB, 2008, p. 37-98.

\_\_\_\_\_. Implicações da reforma da previdência na Seguridade Social brasileira. In: **Revista Psicologia & Sociedade**. Jan/jun. 2003.

BOSCHETTI, Ivanete e SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Suas e Sus. Ano XXVI, n. 87, São Paulo, SP: Cortez, 2006, p. 25-57.

BRASIL. **Lei nº 8742**, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 29 novembro de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)>. Acesso em: 29 de novembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 21 março de 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. A construção do SUS: história da reforma sanitária e do processo participativo. In: **A construção do SUS: histórias da reforma sanitária e do processo participativo**. Ministério da Saúde, Secretaria de gestão Estratégica e Participativa. Brasília, 2006, p. 157-208. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao\\_do\\_SUS.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao_do_SUS.pdf)>. Acesso em: 06 de junho de 2012.

BRASIL. **Lei 8.213 de 24 de Julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 09 de outubro de 2012.

BRASIL. **Lei 10.779 de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm)>. Acesso em: 09 de outubro de 2012.

BRASIL. **Lei 6.969 de 10 de dezembro de 1981**. Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação § 2 do artigo 589 do código civil e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

BRASIL. **MDS - Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **MDS - Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album\\_tecnico\\_final\\_modificado-internet.pdf](http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album_tecnico_final_modificado-internet.pdf)>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: **CFESS/CEAD. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo III. Política Social. Brasília: UNB – CEAD/CFESS 200?. Disponível em: <[http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505167001251746904\\_maria\\_souza\\_bravo\\_unidade\\_ii.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505167001251746904_maria_souza_bravo_unidade_ii.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.155-228.

D'AGULA, Paulo Soares; ROQUE, Odair Clécio da Cruz *et al.* Avaliação da qualidade de água para abastecimento público do Município de Nova Iguaçu. In: **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. Julho-Setembro de 2000, p. 791-798. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n3/2964.pdf> >. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

DELGADO, Guilherme; THEODORO, Mario. Política Social: universalização ou focalização subsídios para o debate. In: **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**. IPEA. Ago. 2003, p. 122-126.

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação à temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed.- São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. Tradução Anne Sphe de Pontbriand-Vieira, Christilla de Lassus. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002, p. 407-432.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas- SP: Unicamp, 1998, p. 10-29.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 01, n. 2, agosto de 2006, p. 173-195. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11790/8295> > Acesso em 14 de outubro de 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

FELDEMANN, Fábio. A parte que nos cabe: Consumo sustentável? In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento**. 4. ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005, p.142-157.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis Mafort. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (org.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 23-64.

FLEURY, Sonia. **Políticas públicas em busca da qualidade dos serviços de saúde**. Disponível em: < [http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro\\_da\\_20\\_anos\\_Constituicao72dpi.pdf](http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf) >. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. In: **Caderno de Saúde Pública**. RJ, outubro/dezembro de 1985, p. 400-417. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n4/v1n4a02.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.26-41; 99-116 .

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. – 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11ª ed. RJ/SP: Record, 2009.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GONÇALVES, Carlos W. P. **O desafio ambiental**. SADER, Emir (org.). Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra B. da; GUERRA, Antônio José T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 81- 105.

GUIMARÃES, Rosemeire Mª. Antonieta Motta. **Estado e Política Ambiental em Sergipe (1972-2006)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010, p. 48-88.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2170&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2170&id_pagina=1)>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766)> Acesso em: 25 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. Disponível em: <[http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/vocabulario\\_ibge.pdf](http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/vocabulario_ibge.pdf)>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: **Brasil MDS** (org.). Concepção e gestão da proteção social no Brasil. Brasília: UNESCO, 2009.

MALFITANO Ana Paula S; LOPES, Roseli E. Programa de saúde da família e agentes comunitários: demandas para além da saúde básica. In: **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, setembro/dezembro de 2003, p. 110-117. Disponível em: < <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rto/v14n3/03.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

MALLOY, James M. **A política da previdência social no Brasil**. Tradução Maria José Lindgren Alves. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. – 2. Reipr. São Paulo: Atlas, 2007.

MERCADANTE, Otávio A. et al. Evolução das políticas e do sistema de saúde no Brasil. In: FINKELMAN, Jacobo (org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 235-314. Disponível em: < <http://www.fiocruz.br/editora/media/04-CSPB03.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

MOTA, Ana Elizabete (org.). O Fetiche da Assistência Social. In: MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: um ensaio sobre sua gênese, “especificidade” e sua produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 15-18.

MOTA, Ana Elizabete. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento**. 4. ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005, p. 332-367.

NICOMEDES, Sebastião. Os direitos socioassistenciais sob a ótica dos usuários. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de textos: VI Conferência Social de Assistência Social**. Brasília – DF, 2007, p. 11-16.

NOTA TÉCNICA DO MDS. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do censo 2010**. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/arquivos/11.05.02\\_Nota\\_Tecnica\\_Perfil\\_A.doc/view](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/arquivos/11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc/view)> Acesso em: 10 de novembro de 2012.

PIOLA, Sérgio Francisco; VIANNA, Solon Magalhães. **Rompendo com as amarras no financiamento das políticas públicas de saúde**. Disponível em: <

[http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro\\_da\\_20\\_anos\\_Constituicao72dpi.pdf](http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf) >. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

**Política Nacional de Assistência Social-PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicado no Diário Oficial da União - DOU de 28 de outubro de 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). **Política social e democracia**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2002, p. 01-20. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/12/08-Sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2005, p. 399-416.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço – problemática ambiental**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SAVOIE-ZAJC, Lorraine. A entrevista semidirigida. In: GOUTHIER, Benoît (direção). **Investigação Social: da problemática à colheita de dados**. Tradução de Nídia Salgueiro e Manuel H. Gameiro. 3ª. ed. [S.I]. Lusociência – Edições Técnicas e Ciência, Ltda, 2003, p. 279-301.

SILVA, Carmem S. Bissolli. A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal. In: SILVA, Carmem S. Bissolli; MACHADO, Lourdes M (org.). **Nova LDB: trajetórias para a cidadania?** São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 23-32.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Disponível em: <<http://www.dqi.ufms.br/~lp4/MetodologiaPesquisaUFSC.pdf>> Acesso em: 14 de outubro de 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1988, p. 77-94.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa, e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: **XXVI ENEGEP**. ABREPO - Fortaleza, 9 a 11 de outubro de 2006.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade mídia. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento**. 4. ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. – 17. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008, p. 145-152.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 17, 2006, p.11-29.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fome zero: uma política social em questão. In: **Saúde e Sociedade**, v 12, n 1, janeiro/junho de 2003, p. 43-50. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/07.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Ser. Soc. Soc.**, n. 110. São Paulo, abril/junho de 2012, p. 288-322. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, nº 3 (janeiro/ julho de 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 09-61.

YIN, Robert, K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi, 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZHOURI, Andréa; Raquel, OLIVEIRA. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente e Sociedade. Campinas**, v. X, n. 2, julho/dezembro de 2007, p. 119-135. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>> Acesso em: 08 de outubro de 2012, p. 19-32.

# APÊNDICES



**Apêndice A - Roteiro de Entrevista:**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PESQUISA: POPULAÇÕES TRADICIONAIS E PROTEÇÃO SOCIAL**

Obrigado por aceitar o convite para responder esta entrevista. Conto com sua valiosa atenção para responder cada item abaixo.

I - Qual o seu sexo?

(1) Feminino (2) Masculino

II - Qual a sua idade? Resposta: \_\_\_\_\_ anos.

III – Segundo as categorias de classificação do IBGE quanto à raça/cor, em qual você se enquadra?

(1) Branca (2) Preta (3) Parda (4) Amarela (5) Indígena

IV - Sua renda familiar é/está:

(1) Abaixo de 1 SM (2) 1SM (3) Entre 2 e 3 SM (4) Entre 3 e 4 SM

V - Qual a sua religião?

(1) Católica (2) Evangélica/ Protestante (3) Religiões de matrizes africanas (4) Espírita (5) Outras (6) Não possui

VI – Qual seu estado civil?

(1) Solteiro (2) Casado (3) companheiro (4) Separado (5) Viúvo

VII – Qual a sua escolaridade?

(1) Não alfabetizado (2) Ensino fundamental incompleto (3) Ensino fundamental completo (4) Ensino Médio Incompleto (5) Ensino Médio Completo

VIII – Possui água encanada potável em sua casa?

(1) Sim (2) Não

IX - O peixe que pesca é suficiente para a sobrevivência de sua família?

(1) Sim (2) não

X - Como o Sr<sup>o</sup>/Sr<sup>a</sup> avalia o serviço de saúde ao qual tem acesso? Por quê?

---

---

---

XI - Em sua residência os esgotos do banheiro ou sanitário é lançado em:

(1) Fossa Séptica (2) Fossa Rudimentar (3) Rio ou Lago (4) A céu aberto (5) Outro

XII - Recebe algum benefício da assistência social?

(1) Sim (2) Não

XIII - Se sim, qual?

(1) Bolsa família (2) Programa de erradicação do trabalho infantil – PET (3) Bolsa Verde (4) Benefício de prestação continuada (5) outro

XIV - O Sr<sup>o</sup>/Sr<sup>a</sup> recebe algum benefício da assistência social no período de procriação dos peixes?

(1) Sim (2) Não

XV – O seguro defeso assegura sua sobrevivência? Por quê?

---

---

---

XVI - O Sr<sup>o</sup>/Sr<sup>a</sup> é aposentado ou recebe pensão da previdência social?

(1) Sim (2) Não

XVII - O Sr<sup>o</sup>/Sr<sup>a</sup> já recebeu ou recebe algum benefício da previdência social (salário maternidade, auxílio doença)?

(1) Sim (2) Não

XVIII - A implantação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo interferiu na sua atividade de trabalho (pesca) ou no seu dia a dia?

(1) Sim (2) Não

Por quê?

---

---

---

---

XIX – Como era a vida de pescador antes da implantação da Barragem e Usina Pedra do Cavalo? Por quê?

---

---

---

XX - O que representa o Rio Paraguaçu na sua vida?

---

---

XXI - Existe alguma tradição na sua família?

(1) Sim (2) Não

XXII - Se, sim qual?

---

---

XXIII - Ela é transmitida de geração para gerações?

(1) Sim (2) Não

XXIV. Já sentiu alguma irritação na pele após entrar no Paraguaçu? E de que modo ela ocorre?

**Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

**COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Este é um convite para você participar da pesquisa \_\_\_\_\_, que é coordenada pela professora/orientadora \_\_\_\_\_, e segue as recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Essa pesquisa tem como objetivo geral \_\_\_\_\_

Com este Termo, serão tomadas as seguintes cautelas:

- Na garantia de que a privacidade do participante seja mantida;
- Na elaboração do roteiro de entrevistas; e
- Na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

Consentimento Livre e Esclarecido:

Declaro que compreendi o objetivo da pesquisa \_\_\_\_\_, como ela será realizada e concordo em participar voluntariamente desta.

\_\_\_\_\_

Nome

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_